



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL - PPGMS

FLAVIA DE O. FRIEDL

A produção escrita como estratégia de elaboração da experiência traumática: rastros de
memória e indícios de criação

Rio de Janeiro

2014

FLAVIA DE O. FRIEDL

A produção escrita como estratégia de elaboração da experiência traumática: rastros de memória e indícios de criação

Dissertação apresentada como pré-requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Memória Social pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social. Linha de Pesquisa: Memória, Subjetividade e Criação.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Ramos de Farias

Ficha catalográfica

F911p

Friedl, Flavia de Oliveira

A produção escrita como estratégia de elaboração da experiência traumática: rastros de memória e indícios de criação / Flavia de Oliveira Friedl; orientador: Francisco Ramos de Farias. – 2014.

103 f.; 30cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Memória Social, 2014.

1. Psicologia social. 2. Memória social. 3. Comportamento humano. 4. Infância. 5. Sexualidade. 6. Violência. 7. Escrita. I. Título

CDD 302
CDU 316. : 316.77

Catálogo na publicação:
Bibliotecária: Márcia Saraiva Carvalho – CRB7/5678

FLAVIA DE O. FRIEDL

A produção escrita como estratégia de elaboração da experiência traumática: rastros de memória e indícios de criação

Dissertação apresentada como pré-requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Memória Social pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social. Linha de Pesquisa: Memória, Subjetividade e Criação.

Prof^o Dr. Francisco Ramos de Farias – Orientador

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof^a Dr^a Josaida de Oliveira Gondar

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof^o Dr. Ricardo Salztrager

Universidade Federal Fluminense - UFF

A meu pai, José Carlos Friedl, que me
indicou o caminho e o valor do conhecimento.

AGRADECIMENTOS

A Francisco Ramos de Farias, meu orientador, que possibilitou a realização desse sonho.

A CAPES que me concedeu a bolsa para concluir esse estudo.

Aos professores Josaida Gondar e Ricardo Salztrager, que gentilmente aceitaram o convite para compor a banca.

Ao PPGMS e a todo corpo docente e à amiga do mestrado, Patrícia Schaefer, pelo carinho e atenção durante o curso.

À analista Denise Maurano, pelo seu carinho, delicadeza e acolhimento, em um momento de muita aflição e dificuldade ao longo do mestrado.

A uma amiga em especial, Ana Maria Ferreira da Silva, que não mediu esforços para me ajudar nesse percurso e que esteve sempre ao meu lado.

Às amigas: Bianca Ghiggino, pela presença; Glaucia Regina Vianna, pelos “*helps* teóricos” e carinho; Kátia Cristina Gomes de Oliveira, pelas orações; e à grande amiga Mônica Vetsch, pela alegria, apoio e crença em mim, além dos “bate papos”.

Ao meu amado sobrinho, Vitor Friedl Iglesias, pelo amor, “almoços e conversas”.

A minha querida tia Vera, que sempre torceu por mim e à prima Ignez.

A minha mãe que me deu a vida, para que eu pudesse viver e desfrutar tudo de bom que ela pode oferecer.

RESUMO

Este estudo focalizou o processo pelo qual passaram os sujeitos que viveram uma experiência de extrema violência que se alastrou na Europa, em decorrência do regime totalitário do nazifacismo, tendo sido voltado também para a análise da violência que atravessou as suas vidas. Para a sua execução, como esteio às indagações propostas, utilizamos o saber psicanalítico, por meio das contribuições freudianas, bem como as contribuições teóricas do campo da Memória Social, com o intuito de produzir uma metodologia possível para o desenvolvimento da questão, que trata do processo que ocorre na elaboração da experiência traumática como construção de memória. A experiência traumática é um evento que extrapola em muito os limites de suportabilidade do aparelho psíquico, impedindo que o sujeito dê um contorno a essa experiência, em outras palavras, confira um sentido para o sem sentido. Diante de um acontecimento de extrema violência a que foi submetido o sujeito, este pode responder de diferentes maneiras: a) construindo recursos para a elaboração da experiência, com a finalidade de transformar a impressão em lembrança; b) e repetindo a experiência em um presente contínuo, quando este sujeito encontra-se em uma posição de impotência, não dispondo de recursos mínimos para criar rastros de memória. Considerando a primeira possibilidade, detivemo-nos em narrativas da literatura testemunhal – para a compreensão do tema – e selecionamos as experiências de dois autores, Klüger e Semprun, que viveram o trauma do horror dos campos de concentração, bem como a de um egresso do sistema prisional, Mendes, que teve sua vida marcada pela violência. Os três autores construíram um relato ficcional, ou seja, uma escrita que possibilitou certo afastamento dos horrores do passado: em outros termos, um saber acerca da experiência vivida. Enfim, consideramos na presente pesquisa, o fato de que esses autores – que se viram ameaçados pela experiência traumática da violência – puderam utilizar a escrita, como estratégia, o que permitiu a travessia dessa experiência, possibilitando a construção de uma memória, o que lhes permitiu, por sua vez, recriar a própria vida, mesmo quando atravessada pelo discurso da violência.

Palavras-chave: Trauma; Violência; Testemunho; Escrita; Memória Social.

ABSTRACT

This study focused on the process experimented by individuals who have lived the experience of extreme violence that spread out in Europe as a result of the totalitarian regime Nazifacism, as well as the violence that crossed their lives. For its execution, was used as the mainstay to the proposed inquiries, the psychoanalytic knowledge through Freudian contributions, as well as theoretical contributions in the field of Social Memory, aiming to produce the methodology used in the development of the question about process that occurs in the elaboration of the traumatic experience such as building of memory. The traumatic experience is an event that goes far beyond the limits of supportability of the psychic apparatus hindering the subject gives an outline to this experience, in other words, confers a sense for the senseless. In the face of an event of extreme violence that has undergone the subject, this one can respond in different ways: a) build resources for a formulation with the purpose of transforming the printing in remembrance; b) repeating the experiment in a continuous present when this subject finds oneself in a position of powerlessness, not having minimal resources to create memory traces. Considering the first possibility, we inquired into testimonial narratives of literature to understand the theme and selected the experiences of two authors, Kluger and Semprun, who lived through the trauma of the horror of the concentration camps, and also an egress of the prison system, Mendes whose life was marked by violence. The three authors constructed a fictional description, or a writing that allowed certain detachment from the horrors of the past: in other words, a knowledge about the lived experience. Anyway, those authors who have been threatened by the traumatic experience of violence could use the writing as a strategy that consented the passage of this experience allowing the construction of a memory that allowed rebuild their lives, even when crossed by the discourse of violence.

Keywords: Trauma; Violence; Testimony; Writing; Social Memory.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| RESUMO | 06 |
| ABSTRACT | 07 |
| 1. INTRODUÇÃO | 08 |
| 2. DESENVOLVIMENTO | 23 |
| 2.1. A experiência traumática | 23 |
| 2.1.1. Preliminares sobre a experiência | 23 |
| 2.1.2. Sobre o trauma..... | 27 |
| 2.1.3. Situações traumáticas e memória | 32 |
| 2.1.4. Experiência traumática e sobrevivência | 43 |
| 2.2. A literatura do sofrimento..... | 51 |
| 2.2.1. Ódio e destrutividade..... | 51 |
| 2.2.2. Experiência traumática, escrita e elaboração..... | 55 |
| 2.2.3. O testemunho na escrita..... | 63 |
| 2.3. Aporte metodológico | 73 |
| 2.3.1. Indicações sobre o método | 75 |
| 2.3.2. Natureza dos dados | 79 |
| 2.3.3. Eixos de interpretação | 79 |
| 2.3.4. Análise e interpretação do material | 80 |
| 2.3.4.1. Eixo 1 – Aposta pela vida | 81 |
| 2.3.4.2. Eixo 2 – Esperança pela vida | 88 |
| 2.3.4.3. Eixo 3 – Crime ou escrita | 91 |
| 3. CONCLUSÕES..... | 96 |
| REFERÊNCIAS | 99 |

1. INTRODUÇÃO

O século XX viu surgir períodos que apresentam intensas experiências no que diz respeito à violência nas grandes cidades, como também em relação as guerras, massacres e genocídios. Segundo Ortega Martinez (2011, p. 28), “os eventos traumáticos não afetam somente os indivíduos, como também tem um impacto desestruturante sobre os grupos sociais”. De acordo ainda com o mesmo autor, a definição de trauma reúne e se refere simultaneamente a três dimensões diferentes: o acontecimento violento, a ferida narcísica e o dano sofrido, efeitos que têm consequências a médio e longo prazo tanto no sujeito como no tecido social. A extensão da noção de trauma – em termos de danos causados – pode ser considerada em analogia para uma interpretação possível, acerca da questão da dinâmica das relações sociais, no que concerne à noção de trauma social.

O conceito de trauma é formulado a partir da teoria da sedução, proposta por Freud (1895-1969), em sua obra *Projeto para uma psicologia científica*. A sedução, por sua vez, “é um acontecimento histórico de caráter real” (FARIAS, 2011, p. 22), ocorrido em tenra infância, em um momento em que falta à criança mecanismos para a compreensão do conteúdo da experiência. Com o intuito de esclarecer melhor essa questão alude-se ao caso da jovem Emma, paciente de Freud, que ao entrar em uma loja de doces teve a sua genitália tocada, por cima das roupas, pelo comerciante, que lhe ofereceu um doce. Tempos depois, ela entra em uma confeitaria, faz um pedido e observa dois empregados conversando e rindo. Deduz que eles riam de suas roupas. Nesse momento, Emma é tomada por uma reação de susto e, daí em diante, não consegue mais entrar sozinha em estabelecimentos comerciais. Com o fechamento de seu horizonte de relações, em função de uma fobia às lojas, ela procura tratamento psicológico.

Chegando ao dispositivo analítico, ela relata suas vivências a Freud que, elaborando os dados apresentados, formula a hipótese de que a primeira experiência caracteriza-se por ser o núcleo originário do trauma. Consequentemente, a segunda experiência, aos doze anos, tem várias ligações com a primeira: o riso dos empregados evoca à possível sensação de satisfação, expressa pelo dono da loja de doces, quando manipulou seus órgãos genitais; o que também pode ser entendido em termos da ponte verbal feita pelas roupas. Esta paciente atualiza a primeira experiência, ao estabelecer uma relação do riso dos homens com a expressão de satisfação do comerciante e com as roupas referidas nas duas experiências. Assim, ela revive, na atualidade, um acontecimento que, doravante, será localizado no passado, considerando o entendimento de que a conexão de uma experiência com a outra é o que lhe confere o caráter traumático.

O que poderíamos concluir, em primeiro lugar, é a percepção de que a “primeira experiência configurou-se na qualidade de uma impressão sensorial, mas não”, isso pelo fato de Emma ter estado em uma posição de vítima, passiva, diante do desejo do outro. Nesse caso, foi preciso “uma segunda experiência para significar a primeira como sexual e, portanto, traumática” (FARIAS, 2011, p. 20-21). Em segundo lugar, se houve uma impressão que não foi significada, esta teria se mantido como um corpo estranho no psiquismo, em outras palavras: “provavelmente como lembrança inconsciente, ou seja, um tipo de memória”; em terceiro lugar, “o corpo estranho situa-se num intervalo entre os dois acontecimentos, ligando um ao outro por cadeias de memória” (FARIAS, 2011, p. 21).

As cenas e os cenários expostos envolvem não só duas temporalidades distintas, como também agentes sociais específicos, com atuações bastante significativas, no contexto das relações sociais. O que era de caráter eminentemente privado (o acontecimento na loja de doces) atualiza-se em caráter público, na

confeitaria, o que se expressa em forma de um sintoma, provocando efeitos e limitações em sua vida.

A esse respeito Freud (1916-1969) conclui que o trauma tem duas características e se dá em dois momentos distintos. No primeiro momento, o sujeito vive uma experiência de sedução por um adulto – e essa experiência é, ao mesmo tempo, tanto excitante como enigmática. No segundo momento, o mesmo sujeito, vive outra experiência, que atualiza a primeira, mediante investimento libidinal. Nesse tempo de atualização, o sujeito vê-se diante de uma enorme soma de excitações sexuais que excedem as defesas egóicas, provocando angústia. Diante disso, cabe ao *eu*, defender-se, recalçando a representação (lembrança) excitante.

Entretanto, essa teoria é reformulada em 1897, a partir da constatação freudiana da importância da fantasia incestuosa para as histéricas. Ele tenta sustentar dessa vez a ideia de que o trauma era, na verdade, uma cena fantasiada. Para Freud (1893-1895), a chave das neuroses histéricas não está mais nas seduções, mas nas fantasias em relação a um adulto tido como perverso, substituindo assim a teoria da sedução precoce pela teoria da fantasia traumática. Assim, observamos que, para a teoria freudiana, a partir desse momento já é possível afirmar que o significado etiológico do trauma nas neuroses perde espaço, enquanto a ideia de realidade psíquica e o papel desempenhado pelas fantasias inconscientes das histéricas passam a ser mais valorizados. Embora não descartado, aos poucos, o fator traumático passa a fazer parte de uma concepção mais abrangente, incluindo outros aspectos, como a constituição e a história infantil do sujeito. O trauma, mesmo quando ocorrido na infância, não é a única fonte de esclarecimento para a gênese da constituição do sintoma histórico. Com a descoberta da sexualidade infantil, ele passa a ser substituído pela fantasia, ou a encontrar nela um elemento elucidativo a mais. Para Freud (1900), após 1897, o que deve ser levado em

consideração é a realidade psíquica. Nesse caso, a fantasia assume a importância que antes competia ao evento traumático.

No final da década de 1890, Freud (1897) elabora o conceito de fantasias inconscientes. Se nos anos anteriores a importância das fantasias histéricas havia escapado a Freud, a formulação da *Carta 52* não implicou, porém, por parte do autor, um abandono da busca por cenas sexuais mais primitivas, como se pode constatar em dois trechos de cartas a Fliess. Na primeira, a *Carta 59*, Freud (1897-1969a) postula que as fantasias: “remontam sistematicamente a coisas ouvidas pelas crianças em tenra idade e compreendidas somente mais tarde”. No *Rascunho L*, anexo à *Carta 61*, Freud (1897-1969b, p. 343) esclarece ainda que:

as fantasias são fachadas psíquicas construídas com a finalidade de obstruir o caminho para as lembranças. As fantasias servem, ao mesmo tempo, à tendência de aprimorar as lembranças, de sublimá-las. São feitas de coisas que são *ouvidas* e posteriormente utilizadas; assim, combinam coisas que foram experimentadas e coisas que foram ouvidas, acontecimentos passados (da história dos pais e dos ancestrais) e coisas que a própria pessoa viu (FREUD, 1897-1969b, p.343).

A teoria do trauma construída em dois tempos permanece, portanto, válida, entretanto, com uma diferenciação no material em que os tempos incidem. O conteúdo não é mais a sedução sexual explícita, porém a experiência de algo que foi ouvido e que não está inicialmente ligado a sentido algum. O sentido só aconteceria mais tarde, produzindo as fantasias.

Nesse período, temos uma concepção das fantasias, como fachadas psíquicas encobridoras dos eventos vividos, consideradas de suma importância na etiologia das neuroses. Em outras palavras, o acontecimento concebido como desencadeador da neurose pode ser um componente imaginário, ocasionando o trauma.

Esse momento da teoria do trauma coincide com a elaboração de Freud (1905-1969), período em que ele se encontra envolvido com a construção da metapsicologia, interessado em entender o desenvolvimento sexual infantil. Após a renúncia da primeira

teoria da sedução, três temas emergem na teorização freudiana: a descrição da sexualidade infantil, a fantasia e o complexo de Édipo. Ele conclui que as vivências sexuais não implicam necessariamente um acontecimento real, que elas podiam ser fantasias que escondiam manifestações espontâneas da sexualidade infantil. Somente após a renúncia da teoria da sedução precoce e com a descoberta do complexo de Édipo é que Freud (1897-1969, p. 121) reconhece que “moções sexuais atuavam normalmente nas crianças da mais tenra idade, sem nenhuma necessidade de estimulação externa”.

Encontramos um exemplo sobre as fantasias sexuais num caso de fobia infantil analisado por Freud (1909-1969), intitulado por ele, *Análise de uma fobia em um menino de cinco anos*, em que a libido é posta na forma de angústia. Que relações, quanto ao recalque e à castração no Complexo de Édipo, pode-se encontrar nesse caso? Em seu modo de entender, tratava-se de uma histeria de angústia que se desenvolvera “mais e mais para uma fobia” (FREUD, 1909-1969, p. 122). Para as fobias como a de Hans – e que são as mais comuns –, “o nome histeria de angústia não parece impróprio, porque para ele há uma semelhança entre a estrutura psicológica dessas fobias e a histeria” (FREUD, 1909-1969, p. 123). O que devemos levar em consideração,

exceto em um único ponto. A libido que foi libertada do material patogênico pela repressão, não é convertida, (isto é, desviada da esfera mental para uma inervação somática), mas é posta em liberdade na forma de angústia (FREUD, 1909-1969, p.123).

O que destas indicações implicaria para Hans? Supomos que no caso de Hans se trata de algo relativo à sua constituição sexual ligada à situação edipiana. Em um primeiro momento seus sentimentos amorosos foram dirigidos à mãe, o que demonstra uma identificação com o pai e uma fantasia sexual ativa e, em um segundo momento, esse amor teria sido deslocado para o pai. A este novo amor se contestaria algo que tentaria abolir, que seria o medo da castração. Os sentimentos hostis e ciumentos em relação ao pai são a expressão da ambivalência vivida na situação edípica.

As fantasias, portanto, tem um papel importante, na medida em que a criança reorganiza as suas percepções da realidade, lidando com suas angústias, suas incertezas, colocando em cena um desejo, estreitamente relacionado com o Édipo. O ser humano para se estruturar enquanto sujeito desejante, desde o seu nascimento, entra em contato com determinadas fantasias – que Freud (1917) chama de “originárias” – e que são relativas à origem do sujeito, como por exemplo, a sua concepção, envolvendo as fantasias da cena primitiva, a origem de sua sexualidade e da diferença dos sexos.

As fantasias estão relacionadas à sexualidade e ao desejo, e traduzem o que é da ordem do traumático na estruturação psíquica. Dessa forma, aludimos ao caso Hans, com o intuito de demonstrar, na teoria freudiana, o trauma estrutural pela via da castração, em substituição do trauma da sedução precoce.

Entretanto, a noção de trauma retorna no texto freudiano, na década de vinte, dessa vez como um evento não assimilável para o sujeito, considerando, porém, que ele não seria de natureza sexual. Essa nova concepção de trauma está relacionada com inúmeros casos de soldados, que retornaram da I Guerra Mundial, afetados por uma “neurose traumática” e, nesse caso, ela estaria relacionada, essencialmente, a um evento violento.

As impressões relatadas estavam repletas de dor e sofrimento ou apareciam nos sonhos. Esses sonhos levam Freud (1917) a reconhecer que nem todo sonho é uma realização de desejo, na medida em que esses sonhos evidenciam a existência da compulsão à repetição de uma experiência dolorosa, não contendo nenhuma possibilidade de prazer ou de elaboração para o sujeito.

Essa catástrofe mundial produziu uma nova abordagem da etiologia das neuroses, diferente daquela teorizada a partir da clínica da histeria, da neurose obsessiva e da fobia. A concepção econômica do trauma psíquico assume um lugar de importância entre as preocupações freudianas. Os casos atendidos dos soldados que estiveram na

guerra indicaram um retorno repetitivo da cena insuportável. A esse respeito Freud (1917-1969, p. 325) esclarece:

É como se esses pacientes não tivessem findado com a situação traumática, como se ainda estivessem enfrentando-a como tarefa imediata ainda não executada: e levamos muito a sério essa impressão. Mostra-nos o caminho daquilo que podemos denominar de aspecto econômico dos processos mentais. Realmente, o termo “traumático” não tem outro sentido senão o sentido econômico. [...] Assim, a neurose poderia equivaler a uma doença traumática, e apareceria em virtude da incapacidade de lidar com uma experiência cujo tom afetivo fosse excessivamente intenso (FREUD, 1917-1969, p.325).

A experiência traumática, nesse momento de construção do pensamento freudiano (FREUD, 1916-1969) é vista como decorrente de uma situação de extrema violência a que o homem foi submetido – e que por ser de grande intensidade pode inviabilizar a elaboração da situação vivida, de forma momentânea ou duradoura, dependendo tanto de variáveis relativas à história de vida, quanto dos aspectos da situação traumática.

Em *Além do princípio do prazer*, Freud (1920-1969) volta a sua atenção para a neurose traumática e retoma a questão da dor. As neuroses traumáticas se caracterizam por uma ruptura no escudo protetor do aparelho psíquico contra as excitações externas.

Toda vez que ocorre uma falha nesta tarefa inicia-se um processo repetitivo, que não envolve nenhuma possibilidade de prazer: esse processo é denominado de compulsão à repetição. Frente ao irrepresentável, o excesso pulsional que fratura o aparelho psíquico, o qual aparece no texto freudiano, a partir da virada de 1920, torna-se elucidativo ao entendimento, na forma como Seligmann-Silva esclarece, sobre de que maneira o aparato psíquico responde ao excesso: “esse excesso, escreve Friedlander, não pode ser definido, exceto via uma afirmação geral sobre algo que deve ser posto em frases, mas não pode sê-lo” (2000, p.78).

Freud (1832-1893-1969) em as *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise* define o trauma como uma experiência que traz à mente, em um período muito curto de tempo, uma excitação grande demais para ser absorvida. Como

consequência, Seligmann-Silva (2008, p.10) destaca: o que vem à tona, nos sobreviventes de grandes catástrofes, são fragmentos, “ou cacos de uma memória esmagada pela força das ocorrências que nunca chegam a se cristalizar em compreensão ou lembranças”; o que configura outra forma de funcionamento do aparato psíquico.

Desse modo, podemos afirmar que existe uma diferença entre uma experiência que produz o recalque e o evento traumático, em si, que é da ordem do real. As experiências que produzem recalque estão relacionadas às fantasias sexuais e, conseqüentemente, são censuradas, não podendo ser recordadas. Entretanto, nas experiências de extrema violência, que escapam à linguagem, não ocorre o recalque por não haver registro dessa experiência no inconsciente, em outras palavras, não existe representação psíquica.

O trauma, por ser um evento transbordante, produz fraturas no psiquismo, ou como assinala Seligmann-Silva (2000, p.84), pelo fato de colocar à prova a capacidade de recepção, como “um evento que vai além dos limites da nossa percepção” e, por isso, “torna-se sem forma”. Quer dizer, esfumaçam-se os contornos que possibilitam ao sujeito algum aspecto da situação. Desse modo, há o acontecimento que toma a configuração de massa amorfa, porém, em movimento constante e que, por não haver suporte de mediação, escapa totalmente ao controle e anula, praticamente, todas as possibilidades de defesas psíquicas.

O trauma, ao produzir fraturas no psiquismo, opera de duas maneiras: a) servindo de alerta para que o sujeito se engaje em situações criadoras, a fim de superar a situação, em termos do disparo de mecanismos na construção de memória; b) e quando a situação é de natureza devastadora, muitas vezes, o processo de elaboração não acontece de imediato e, nesse caso, outras exigências são postas ao sujeito, no sentido da produção de mecanismos de significação.

É na aposta dos sobreviventes de experiências violentas que enveredamos nesse estudo, no sentido de entender a utilização dos recursos empregados por esses sujeitos, com a finalidade de deixar o seu testemunho da catástrofe vivida, em termos de experiência traumática. Para tanto, consideramos o relato do sofrimento como produção subjetiva, em termos de memória, em uma realidade que se apresentou como inexprimível, o que, em outras palavras, poderia reduzir o sujeito à mudez.

Focalizando nosso olhar nos rastros das duas grandes guerras mundiais, lançamos mão do conceito de elaboração da compulsão à repetição, na qualidade de narrativa proveniente dos sobreviventes, o que, portanto, foge por completo da narrativa tradicional. Nos dez primeiros anos depois da I Guerra Mundial muitos livros com histórias dos sobreviventes chegaram ao comércio literário. Observamos que essa mesma produção incessante se repete, no teor de livros publicados nos anos posteriores à II Guerra Mundial. Podemos citar, como exemplos, Klüger (2005), Levi (1988) e Semprun (1995). Esses escritos consistem em narrativas pessoais dos sobreviventes da experiência devastadora da guerra, com experiências que, até então, não haviam sido transmitidas. A esse respeito, vale salientar que, provavelmente, a impossibilidade de produção de relatos sobre o sofrimento deve ser proporcional à intensidade da experiência devastadora da condição de catástrofe, que se configura como um excesso, algo que invade o aparelho psíquico em montantes de energia, comprometendo o funcionamento do aparelho de memória.

Muitos sobreviventes de campos de concentração fizeram a opção pelo silêncio, não como uma mera negatividade em falar sobre o que aconteceu, mas, na esperança de que essa postura servisse para evitar a dor contínua, relativa às impressões recorrentes que se incrustaram em seus psiquismos. Trata-se de não falar com o objetivo de não sofrer, ou mesmo um silêncio que decorre da total impossibilidade de transformar a vivência em palavras. Aliás, é esse o questionamento de Benjamin (1996)

sobre os soldados da I Guerra Mundial, que retornaram do *front* mais pobres em experiência, pois tinham perdido a capacidade de narrar.

A mesma tentativa de dar corpo ao sofrimento também ocorreu com Mendes (2001), que retrata toda uma vida marcada pelo trauma da violência, nesse caso, não produzida pela guerra, mas na sua história de vida pessoal. Em sua escrita, observamos as trilhas do encontro com a experiência dolorosa, bem como as fracassadas tentativas para dela se afastar. Paradoxalmente, os mecanismos empregados para fugir do sofrimento funcionavam de modo adverso: eles cada vez mais o colocavam em situações nas quais a dor estava presente.

Essas experiências assumem a dimensão de experiências traumáticas com um resto indizível. Esse resto indizível corresponde a um montante de intensidade de energia, algo que incide em demasia no psiquismo, sem que haja tempo de absorção, quer dizer, de elaboração. O testemunho do sofrimento seria a narração – não tanto desses fatos violentos –, mas da resistência ou da impossibilidade concernente à sua compreensão. Corresponde a um questionamento de quem o faz e sobre o teor das experiências vividas, sobretudo, sobre os motivos que levaram esses narradores a viverem tamanha injustiça e dor e sobre as razões pelas quais tais ocorrências têm lugar. Seria, em última análise, a tentativa de produção de um sentido para o não sentido, presente em tais experiências, como são encontradas na literatura que relata o “real” do sofrimento, algo que em nossa pesquisa é “compreendido na chave freudiana do trauma, de um evento que justamente resiste à representação” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 377).

Nessa dissertação, vamos focar a posição subjetiva de quatro autores: Klüger (2005), Levi (1988), Semprun (1995) e Mendes (2001), que retratam a experiência traumática, de modo singular, visível na literatura produzida por cada um. Esses autores deixaram um legado escrito para a humanidade acerca do trauma. Utilizaremos

esses relatos escritos, que tratam dos vestígios do inominável da experiência traumática, como restos que, de algum modo, tomaram forma, mesmo sem limites precisos, como material de estudo, a fim de compreendermos a elaboração da experiência traumática pela via da escrita.

Um dos sobreviventes dos campos de concentração nazista, Primo Levi (2004) nos apresenta, em seu relato, a perplexidade diante de todas as barbaridades sofridas e a tentativa de elaborar a experiência traumática pela escrita. Seu texto está localizado em um ponto tenso entre lembrança e esquecimento, “uma vez que o reencontro com o que foi vivido pode trazer, em seu interior, um risco de repetição do sentimento de dor” (SELIGMANN-SILVA, 2007, p. 52). A escrita do viver traumático não é a mesma coisa que a vida, é como se fosse um passo adiante, um passo seguinte. Já no caso de Jorge Semprun, poderíamos dizer que a escrita foi à possibilidade de tornar a vida mais vivível. As lembranças de Jorge Semprun (1995) do campo de concentração, relatadas em seu livro “*A escrita ou a vida*”, representam uma tentativa de esquecer para poder continuar a viver.

No caso de Ruth Klüger (2005), a experiência de confinamento no campo de concentração ocorre na infância, em 1942, quando foi deportada para Theresienstadt e, em 1945, para Auschwitz. Curiosamente, quase meio século depois da sua libertação é que a autora decide escrever sobre o que ela chamou de “minha infância que caiu no buraco negro” (KLÜGER, 2005, p. 101). Mesmo sendo difícil falar sobre as atrocidades e violências, as alegrias, as esperanças vividas, Klüger tinha consciência de que: “vivía algo de que valia a pena dar testemunho” (KLÜGER, 2005, p. 106). De acordo com seu relato, poderíamos perguntar: qual a função da escrita na vida da autora? E numa primeira tentativa de resposta para esta questão, percebemos que pelo ato da escrita ela pode falar dos fantasmas, do pai e irmão mortos, do esfacelamento de sua família e de como ela escapou da morte, em outras palavras, de como ela se tornou sobrevivente. É

nos textos literários (mais especificamente nas rimas) que a autora persegue a esperança daqueles que já não tem mais esperança, atribuindo aos versos à possibilidade de “manter-se psicologicamente com a cabeça fora d’água, sem afogar” (KLÜGER, 2005, p. 115).

De acordo com Seligmann-Silva (2003), o sobrevivente é a pessoa que atravessou uma provação e viu a morte de perto. Por sua vez, no caso de Luiz Alberto Mendes (2001), preso do Complexo Penitenciário de Carandiru, a marca da provação está em toda a história de sua vida. Em seu livro, *“Memórias de um sobrevivente”*, escrito no ano de 2001, podemos considerar a escrita como uma aposta, um recurso para dar um sentido ao caos que foi sua vida. Assim, a escrita para Mendes pode ser vista como algo que teve a função de produzi-lo, enquanto sujeito, em outras palavras, seu livro “mostra sua transformação em um ser social e sociável” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 40).

Para o desenvolvimento desse estudo, tendo como base, o relato escrito dos autores citados, empregaremos o saber psicanalítico, utilizando conceituações freudianas, além de contribuições teóricas aludidas ao campo da Memória Social, visando elaborar o que concerne à memória como criação. Para tanto, será fundamental o percurso traçado a partir dos seguintes objetivos: compreender a elaboração da experiência traumática, como construção de memória, no que diz respeito ao irrepresentável, articulando o conceito de trauma ao de memória social; situar os efeitos da experiência traumática no âmbito psíquico; entender de que forma o sujeito pode construir mecanismos de significação que possibilitem uma via criativa e analisar as consequências do trauma no processo de construção da memória social.

No aprofundar do instrumental conceitual para tratar os objetivos indicados faremos uma incursão teórico-metodológica interdisciplinar em memória social e no saber psicanalítico, seguida dos relatos dos sobreviventes dos campos de concentração

da II Guerra Mundial e do relato do sofrimento de Luiz Alberto Mendes (2001), de toda uma vida marcada pela violência. A utilização dos relatos testemunhais escritos tem por objetivo identificar a elaboração do trauma pela via da palavra escrita. Com isso, constataremos a importância que a escrita testemunhal desempenha na elaboração da experiência traumática e na construção de memória. A memória, nesse contexto, é considerada como um mergulho nas experiências para dar sentido e consistência a um passado, mas, sobretudo, como um recurso capaz de abrir um horizonte ao futuro, conforme assinala Gondar (2005, p. 16) “a memória é tecida por nossos afetos e por nossas expectativas do devir”.

O esquema para análise e interpretação dos dados decorre da leitura do campo da Memória Social, como também da teoria freudiana acerca do trauma, para justificarmos a construção da memória; considerando o argumento de que quando um excesso de energia invade o aparelho de memória ele produz uma fratura no psiquismo. Esse recorte segundo o modelo econômico de aparelho psíquico nos permite entender como se dá o trauma, a partir de uma experiência vivida.

Verificamos que os autores selecionados – Klüger (2005), Levi (1988), Semprun (1995) e Mendes (2001) – escolheram a escrita como forma de traduzir em palavras o inominável da experiência traumática e também como meio de transmiti-la aos seus semelhantes.

Os três primeiros autores citados foram escolhidos por terem vivido a experiência nos campos de concentração da II Guerra Mundial. Já a opção por Mendes é justificada pela ideia de que ele traz a marca da violência ao longo da sua vida, inicialmente, no seio familiar, e que esta violência se repetiu durante a sua permanência no sistema penitenciário. Entendemos que o de maior relevância nesses relatos não é a marca da violência deixada na vida de cada um desses autores, mas a forma como cada um deles reinventou a vida, depois da elaboração da experiência traumática, pela via da escrita.

Nesse estudo tentamos entender a posição subjetiva de cada um desses autores diante dessa marca, em outras palavras, de que maneira cada um deles pode reinventar a vida depois do evento traumático.

Os dados foram construídos a partir da literatura produzida pelos autores e de fragmentos dos testemunhos publicados nesses livros.

Iniciaremos fazendo uma investigação a respeito da experiência traumática, uma vez que nos interessa saber de que maneira uma vida, em ruínas, pode conceber caminhos para elaborar a difícil travessia pelo desfiladeiro da morte. Tentaremos reunir argumentos, a fim de compreender as marcas na cultura e no sujeito, da violência da sociedade moderna e da barbárie de regimes totalitaristas. A violência que caracterizou esse período histórico (ao qual fazemos referência) tem consequências paralisantes, tanto para a coletividade como para os processos de simbolização do sujeito. Desse modo, tudo que não puder ser simbolizado, também não poderá ser historicizado. De fato, os regimes totalitários concebem um modo bastante particular da construção da memória dos acontecimentos, pois manipulavam e selecionavam uma versão oficial dos fatos, ou seja, o que deve ou não ser lembrado. É o que denuncia Primo Levi: “toda história do Reich pode ser lida como uma guerra contra a memória” (LEVI, 1988, p. 56).

Em seguida abordaremos a questão da literatura do sofrimento relatada pelos sobreviventes do campo de concentração, como Klüger (2005), Levi (1988), Semprun (1995) e Mendes (2001), que é sobrevivente de sua própria história de vida, tendo como ponto comum a elaboração da experiência traumática pela produção de uma escrita, ou seja, a construção de uma nova significação para o evento sofrido. Neste mesmo capítulo abordaremos a literatura do sofrimento, de acordo com os escritos de Seligmann-Silva e os estudos teóricos, no campo da Memória Social, de Elizabeth Jelin.

Finalmente, faremos uma análise do material selecionado referente ao relato dos autores: Semprun (1995), Klüger (2005) e Mendes (2001) com o intuito de construir o caminho percorrido até a elaboração traumática pela via da escrita.

Na conclusão serão tecidas considerações sobre os possíveis atravessamentos das quatro narrativas acerca do sofrimento. Também serão feitas articulações do teor dessas narrativas, com aproximações às noções que nortearam esse estudo.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. A experiência traumática

2.1.1. Preliminares sobre a experiência

Antes de definir a experiência traumática, faz-se necessário circunscrever o contexto que adotamos, nesse trabalho, para o conceito de experiência. Faz-se necessário registrar que até o século XX essa palavra tinha um significado bastante particular: a experiência era concebida como observação e experimento dos quais resultavam a produção de conhecimento.

Contudo, ao longo deste mesmo século, percebemos que há uma grande torção no sentido dessa palavra que passa a significar uma tomada de consciência, expressando, sobretudo, a posição subjetiva ativa no processo de produção do conhecimento, o que inclui tanto a esfera da afetividade quanto do pensamento.

Nesse sentido, a experiência deve ser compreendida como uma escrita que representa – entre outras coisas –, um tipo de testemunho subjetivo, retratando, por isso mesmo, uma nuance da existência. Desde então há um deslocamento na compreensão da experiência – compreendida em um âmbito interno, considerando no bojo de sua definição as influências exteriores ao sujeito, quer dizer sociais.

Eis a direção que nos aponta Williams (2011), para quem a noção de experiência inclui sentimentos, pensamento e a conscientização do sujeito. Com isso, a experiência é construída também a partir de ocorrências externas, ou seja, ela interfere no cenário histórico, político, econômico da temporalidade, que é contemporânea ao homem.

Nessa linha de interpretação pressupõe-se que o sujeito deve ser entendido com uma antecedência lógica, em termos de uma existência prévia à experiência. Não obstante, há uma possibilidade de reflexão: a experiência constrói a subjetividade,

estando intimamente vinculada à discursividade. Sendo assim, a experiência tem lugar no âmbito das práticas discursivas e se produz nas interações entre os sujeitos.

Desse modo, compreende-se que o sujeito se constitui discursivamente, sendo a experiência um fato de interpretação propiciado pela linguagem. Quer dizer, a experiência não acontece fora de um contexto de significados e de sentidos.

Mas há ainda, a esse respeito, uma questão curiosa: a experiência não está confinada a uma ordenação fixa de significados, motivo pelo qual a experiência é uma construção coletiva, em que interatuam fatores individuais e coletivos, pois conforme assinala Scott (2001, p. 66): “a experiência é a história do sujeito. A linguagem é o lugar onde se expressa a história. A explicação histórica não pode separar experiência e história do sujeito”.

Ao levarmos em conta essa impossibilidade de separação, podemos tecer algumas considerações.

Em primeiro lugar, se não é possível uma separação entre experiência e linguagem então devemos refletir sobre o relacionamento entre ambos, no sentido da reconfiguração do sujeito, no que diz respeito à sua constituição.

Em segundo lugar, a linguagem não deve ser considerada apenas como uma via de expressão da experiência: a linguagem é experiência.

Em terceiro lugar, precisamos reconhecer que essa vinculação entre experiência e linguagem tem importância no campo da memória. Isso porque se a linguagem é experiência, então os escritos e produções testemunhais não devem ser considerados como a recuperação do próprio passado do sujeito, uma vez que esses resíduos (e outros) são os signos da experiência do passado. Melhor dizendo, eles representam a atualização do passado.

Esse direcionamento nos leva a convergir para um tipo de experiência particular, o trauma, considerando-o como um tipo de experiência que não é passível de ser

deslocada para o passado, pelo fato de ausência de sentido para circunscrevê-la. Talvez por isso ele insista em presentificar-se no discurso, nas impossibilidades do dizer, do narrar, do escrever e também do silenciar. Nesse caso, a experiência traumática ou a presença das impressões recorrentes da experiência traumática concernem “à impossibilidade de experimentar e, subsequentemente, de memorizar o evento. Nessa perspectiva seria contraditório falar de experiência ou memória traumática” (LEYS, 2011, p. 198).

Como compreender essa afirmação? Por um lado, se a experiência é linguagem, então o trauma, por produzir uma fenda no discurso, representa uma interrupção no discurso. Quer dizer: é traumático aquilo que se coloca além do limite daquilo que o sujeito consegue dizer, escrever, narrar, lembrar, representar. Por outro, somos levados ao entendimento de que é a ruptura que possibilita a compreensão da existência do trauma, pois a descontinuidade não somente aponta para uma causa, como também sinaliza que há alguma coisa que falta, no contexto da elaboração, ou seja, dá conta daquilo que é da ordem do irrepresentável, que se configura em não dito e silêncio.

Considerando esses dois fatores, causa e sinalização, concluímos que alguns acontecimentos são vividos pelo sujeito, de forma isolada. No entanto, quando são alçados à condição de experiência já não podem ser considerados como fenômenos isolados. Isso quer dizer que os acontecimentos têm antecedentes que apontam para o futuro. O que nos faz pensar que a forma com que temos nossas experiências é somente a maneira de representá-las, bem entendido, a forma de transmutá-las em interpretações que conotam fatos de linguagem. Melhor dizendo, os acontecimentos são representados de forma narrativa e, nessa estratégia, os sentidos são produzidos.

Mas, do ponto de vista narrativo, observamos que a impossibilidade de materializar um fato, ou mobilizar as estratégias de escrita, caracteriza então o trauma,

quando o sujeito não consegue acreditar que seu pensamento recorta um dado acontecimento; ou mesmo quando ele sequer consegue entender que pensa em alguma coisa daquilo que acontece, como uma situação limite à suportabilidade.

Assim, tentamos apreender o sentido do que consideramos como experiência, a fim de contemplar a análise que faremos acerca da experiência traumática, no contexto dos fenômenos que marcaram o século XX e que se encontram presentes também no cenário do alvorecer do século XXI.

Na atualidade, a quantidade de campos do saber científico que se propõem a discutir os efeitos de traumas é bastante considerável. Esse interesse pode ser observado na produção de explicações apresentadas para a maneira como o homem contemporâneo tem sido constantemente afetado – de forma prejudicial, senão aniquiladora – por diferentes injunções decorrentes de determinações históricas, sociológicas, econômicas, étnicas, geográficas, entre outras. Com isso, seria cabível afirmar que viver, nos tempos atuais, é uma tarefa bastante difícil, principalmente pelo fato de que o homem não dispõe de meios para localizar as ameaças que lhe podem incidir, nem mesmo fazer uma previsão de tempo.

Essa expectativa do pior interfere significativamente no modo de ser do sujeito, no que concerne ao sentimento de desconfiança e à incerteza que se presentifica de várias maneiras.

Contudo, não podemos nos esquecer de que – embora estejamos diante de fenômenos coletivos, como guerras, massacres, ataques terroristas – a maneira como cada um responde a essas situações e a outras é bem singular, mesmo que haja aspectos dessas vivências, muitas vezes, compartilhados. Isso se deve, em parte, ao fato de que para uma situação ser traumática ela “deve satisfazer certas condições. Deve ser grave, isto é, deve pertencer a uma espécie que envolve a ideia de um perigo mortal, de uma

ameaça à vida. No entanto, não deve ser grave no sentido de eliminar a atividade psíquica” (FREUD, 1893/1976, p. 40).

Ao considerar essas duas condições, podemos concluir que cada sujeito responderá diferentemente a um acontecimento, pois aquilo que é grave para um pode não sê-lo para outro; do mesmo modo que uma situação que eliminaria a atividade psíquica em um sujeito pode não eliminar em outro.

Assim, certamente, determinadas situações afetam indistintamente a todos, mas, a cada um de uma forma diferente, ou pelo menos, cada um poderá posicionar-se de uma forma diferente, frente aos danos causados em decorrência da exposição às situações extremas de suportabilidade e de violência.

2.1.2. Sobre o trauma

Em uma primeira acepção, o trauma é definido como um choque, algo que traz como consequência imediata uma carga de emoções que excedem os limites de suportabilidade. Daí os seus efeitos serem considerados em termos do esgotamento e que têm lugar em situações que exigem do sujeito um determinado esforço de vida, como, por exemplo, em uma doença. Quer dizer, uma mesma situação pode ter um destino diferente, dependendo das disponibilidades psíquicas do sujeito para reação. Se já está fragilizado por uma perda, ou uma doença, então essa situação, provavelmente, produzirá um dano muito mais grave. Em certo sentido, forma-se uma espécie de impressão recorrente, excessivamente carregada de excitação que, pelo fato de não se integrar à cadeia de representação, converte-se em angústia.

Uma nova versão do trauma surge em decorrência do cenário histórico e do panorama político que teve lugar na primeira metade do século XX, em especial, a I Guerra Mundial. Os sobreviventes a essa catástrofe, oriundos de campos de batalha, trouxeram consigo as chamadas neuroses traumáticas, definidas como os

acontecimentos que levaram Freud (1919-1969) a repensar a sua concepção acerca do trauma. O que há de novo então?

Em primeiro lugar, a compreensão pauta-se na possibilidade de uma fixação no momento do acidente traumático, fator esse que se atualiza nos sonhos traumáticos como verdadeiras formas de ataques. Nesse caso, poderíamos afirmar que se os sonhos reeditam os ataques, então, não houve elaboração. Quer dizer, o trauma não foi superado. O aspecto mais intrigante, nessas circunstâncias, reside no fato da repetição do acontecimento traumático – mesmo que pela via dos sonhos.

Em segundo lugar, considerando a repetição poderíamos admitir então a existência de uma modalidade de sofrimento, de origem traumática, pela qual, o sujeito, na impossibilidade de elaborar a situação traumática, cola-se paradoxalmente à ela. Sem dúvida, a catástrofe é o cenário privilegiado para que circunstâncias contingentes sejam acionadas e se potencializem, configurando-se em uma situação traumática. Eis o entendimento com o qual se reflete sobre a gama de situações traumáticas que incidem sobre o homem na contemporaneidade.

O viver, de um modo geral, desde as mais remotas épocas, impõe circunstâncias ao sujeito, nas quais, os dispositivos psíquicos, muitas vezes, não dispõem de elementos protetores, principalmente pelo fato de tratar-se de situações limítrofes às barreiras protetoras do psiquismo, colocando o mesmo em situação de impossibilidade de suportar a situação. Referimo-nos a situações extremas, que advêm de forma inesperada e efêmera, em relação às quais o sujeito não encontra nenhuma alternativa para se preparar, mesmo sendo advertido que tais situações possam ocorrer. Denominaremos essas situações de limítrofes, assim denominadas por excederem à capacidade de elaboração e àquilo que pode se constituir no âmbito do dizer.

Vale lembrar uma vez mais que já encontramos nos esboços dos rascunhos originais do pensamento freudiano a ideia de que o trauma não é o acontecimento em si,

mas sim, a maneira como um determinado acontecimento, afeta, de forma significativa, a estrutura psíquica de cada um. Quer dizer, o caráter traumático de uma experiência decorre, sobretudo, da maneira como o sujeito esgota, praticamente, todos os seus esforços na tentativa de encontrar uma forma de representá-la, ou melhor, alçá-la à condição de dizível. Caso contrário, não haveria em uma situação de catástrofe aqueles que sucumbem e aqueles que triunfam tirando proveitos dela.

Não é objetivo desse estudo tratar da resposta de determinados sujeitos que se enquadram na segunda categoria, uma vez que o que nos interessa é enveredar pelas difíceis trilhas de quem não sucumbiu completamente, diante da destrutividade de uma situação traumática. Então, como refletir sobre os dispositivos encontrados pelo sujeito para reagir a uma situação traumática, quando a mesma, quase sempre, tem como condição, o poder de deixá-lo impotente? Seria interessante, antes de prosseguir, buscar esclarecimento nas origens. Para tanto, recorreremos ao sentido da palavra trauma, que é proveniente da língua grega e tem o significado de ferida.

A analogia do trauma a uma ferida levou Leys (2011, p.166) a afirmar que “a ideia de uma comoção ou choque, com ruptura física e de perigo à vida, foi durante muito tempo um modelo para o entendimento do trauma psíquico”. Melhor dizendo, o trauma rompe com os suportes habituais que o sujeito dispõe para lidar com as situações de seu cotidiano, exigindo um esforço para construir meios e organizar o estado de coisas decorrente dos danos causados. Conforme afirma Seligmann-Silva (2000, p. 84) “o trauma é justamente uma ferida na memória”. Assim, qual seria o sentido para a palavra ferida, considerada como efeito do trauma?

Em primeiro lugar, a situação traumática atemporaliza-se a ponto de não ser localizável em termos de começo e de fim. Há, na experiência traumática, um descolamento brusco que esgarça as possibilidades de reação do sujeito frente aos danos, pelo menos, momentaneamente, pois sabemos que, uma vez superado o estado

de choque, muitos sujeitos organizam defesas para dar um destino aos efeitos da situação traumática, ao invés de, meramente, sucumbir ou impotencializar-se.

Em segundo lugar, a ausência de categorias temporais, devido ao apagamento de limites acerca do antes, do durante e do depois, excede qualquer possibilidade de compreensão, de modo que a experiência figura como se fosse um corpo estranho, fora do sujeito, porém, nele colado. Todavia, se não consegue organizar qualquer forma de compreensão, tampouco consegue dominar a situação. Contudo, como a reatividade à situação apresenta contornos próprios, em função das barreiras protetoras de cada um, encontramos aqueles, para quem, a situação traumática tem apenas efeitos desestruturantes e aqueles que conseguem, a duras penas, organizar defesas para suportar os danos causados, tentando minimamente um tipo de elaboração.

Em terceiro lugar, pelo fato de o trauma ser um evento transbordante, ele rompe com as defesas psíquicas habituais, razão pela qual o sujeito terá que produzir novas. Isso porque a situação põe em xeque a capacidade de recepção das intensidades incidentes, forjando um complexo desconectado da cadeia de associação psíquica; motivo pela qual, perde também qualquer contorno relativo à forma. Dito em outras palavras: “ocorre uma experiência plena do fato vivenciado que transborda a nossa capacidade de percepção” (SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 85).

Em quarto lugar, o trauma definido como uma impressão recorrente, não alçada à condição de lembrança, é um presente contínuo, bastante atormentador, que acossa o sujeito presentificando a situação, ou seja, o trauma pode ser concebido como “a impossibilidade de continuidade, de escolher em que lembrança se apoiar para manter o pensamento aliado ao julgamento” (FIKS; SANTOS JR., 2009, p. 45). Na verdade, a impossibilidade de escolha deve-se ao fato de que todas as impressões recorrentes que potencializam a situação traumática têm a mesma intensidade, sem serem minimamente desgastadas com o passar do tempo.

Assim, configura-se um estado paralisante que impõe restrições à própria existência, dependendo, evidentemente, da duração da paralização produzida. Quando o estado de paralização é minimamente superado, então o sujeito pode produzir alternativas de elaboração.

Isto, muitas vezes, leva o sujeito a construir arranjos que se configuram como rastros de memória, ou signos, que podem ou não serem elaborados. Nessas circunstâncias, o esforço depreendido na travessia da situação, tentando produzir um sentido para a experiência vivida, é um processo bastante salutar. Não obstante, quando esse mínimo esforço não é possível, outras possibilidades apresentam-se, inviabilizando a organização das cadeias associativas em prol da elaboração. Com isso, caracterizamos as duas direções tomadas pelo psiquismo diante de uma situação traumática. É interessante notar que, seguindo esse raciocínio, podemos concluir que um acontecimento torna-se traumático porque o sujeito não teve tempo, ou porque não foi possível produzir uma reação, caracterizando assim uma posição de passividade. Essa posição se justifica pelo fato de que nenhuma reação foi possível naquele momento; ou devido ao impedimento de um estado psíquico, no sentido de organizar uma reação. Em certo sentido, o excedente de intensidades que incide sobre o psiquismo bloqueia ou impede a constituição de representações, havendo um processo de estagnação do qual resulta a presença contínua de impressões recorrentes.

Assim, podemos admitir a experiência traumática como algo decorrente de uma situação de extrema violência, diante da qual ocorre uma impossibilidade de elaboração da situação vivida – que pode ser momentânea ou duradoura – dependendo tanto de variáveis relativas ao sujeito quanto dos aspectos da própria situação.

A impossibilidade de elaboração cria duas regiões nas cadeias psíquicas: em uma, as associações fraturadas das representações organizam-se para empreender esforços em direção à elaboração e, em outra, temos um cenário marcado por vestígios

de experiências que não se integram, exigindo do sujeito deslocar grandes somas de intensidades de energia para tentar uma solução. Contudo, quando a elaboração psíquica não ocorre, o excesso dessa energia mantém-se fora da cadeia representativa, em presente contínuo. Daí conclui-se que o trauma produz fraturas no aparelho de memória, operando de duas maneiras: a) servindo de alerta para que o sujeito se engaje em alternativas criadoras para superar a situação, desencadeando mecanismos na construção de memória; b) e quando a situação é de natureza devastadora, muitas vezes, o processo de elaboração não acontece de imediato e por conta disso outras exigências são postas ao sujeito, no sentido da produção de mecanismos de significação.

A quebra de continuidade psíquica decorrente do trauma que denominamos de fratura consiste em “um resto de natureza não simbolizável, e então a tentativa para o trabalho de elaboração será constante: os registros de memória se rearranjam para encontrar um signo de percepção que confira” (FARIAS, 2008, p. 101) – como uma forma de dar sentido à impressão da experiência que não tem sentido. Por ser da ordem de um excesso de investimento pulsional, a experiência traumática escapa à representação, e na impossibilidade da elaboração, o rastro do trauma torna-se uma percepção recorrente, na qualidade de um signo, o qual não foi configurado como um tipo de memória, no sentido de ser conformado como representação.

2.1.3. Situações traumáticas e memória

Ao refletir sobre os diferentes fenômenos que ocorreram no século XX, percebemos que até se tentou, mas ainda não se conseguiu produzir uma escrita capaz de explicar seus horrores, de tal modo que ainda é muito difícil retratá-los em memória. Não obstante, diferentes esforços aconteceram no âmbito das produções fílmicas, documentários, literatura, monumentos, museus e outros, numa tentativa de dar corpo ao inominável.

Provavelmente, estas vias de produção sobre os acontecimentos das catástrofes representam o caminho escolhido para dar sentido aos vestígios que restaram das experiências traumáticas, quando, evidentemente, não houve o apagamento proposital de todas as pegadas.

Referimo-nos à filigranas que estão presentes em depoimentos, escritos, testemunhos próprios e de terceiros; objetos que, uma vez reunidos, podem ser edificados na construção de um capítulo da História. Esse foi o entendimento das consequências da experiência traumática, adotado por Jelin (2001), para interpretar determinados fenômenos, no âmbito da Memória Política. Em sua opinião, nos locais onde se vivenciaram eventos repressivos e, conseqüentemente traumáticos, as memórias são dinâmicas, mudando ao longo do tempo, em uma lógica de manifestação e elaboração do trauma. Não obstante, a memória de um trauma não é linear, cronológica ou racional. A memória de um passado conflitivo tem momentos de maior nitidez e momentos de latência, de aparente esquecimento ou silêncio. Isso quando é possível ao sujeito, pelo menos, reportar-se a uma situação vivida, pois muitas vezes, os sobreviventes são tomados por uma espécie de embotamento, sem nada conseguir formular em termos de pensamentos ou de sensação. Isso ocorre por estarem completamente mobilizados pela apatia, diante de sensações monótonas, sem qualquer diferencial, circunstâncias em que apenas reproduzem o vivido, mas diante da total impossibilidade de apreendê-lo.

Investigar a forma como o sujeito – que se encontra numa situação limítrofe ocasionada pelo trauma – é capaz de elaborar essas memórias, é algo que nos coloca diante de uma questão de causalidade. Nesse caso, precisamos abrir mão de uma concepção não linear ou racional, tal como se poderia supor em leituras de diversos campos do saber que trabalham com a relação entre uma causa e um efeito de forma determinista. Nesse caso, faremos a opção pelo entendimento, no pensamento

freudiano, de uma causalidade pensada em termos das séries complementares e da sobredeterminação. Por esse motivo, é de fundamental importância compreendermos o posicionamento subjetivo de quem realiza a travessia da experiência traumática, considerando, sobretudo, os aspectos de sua singularidade, no que diz respeito às possibilidades ou não de reação.

Para tanto, faz-se necessário refletir sobre o sujeito diante do evento traumático, do ponto de vista da construção psíquica, considerando principalmente as suas defesas, bem como os arranjos subjetivos de que dispõe para o enfrentamento de determinadas situações extremas. Esses arranjos são, na verdade, dispositivos de memória e a esse respeito devemos lembrar que a constituição do aparelho psíquico deve ser pensada como um aparato de memória. Sendo assim, buscaremos, no pensamento freudiano, as primeiras formulações sobre a constituição do psiquismo, a fim de que possamos entender a percepção de que, enquanto aparato de memória, ele é passível de sofrer interferências, em termos de esquecimento, conservação, lembrança e produção de novos arranjos.

Na verdade, esses seriam, por assim dizer, os processos da memória. Com isso, defendemos a ideia de que tanto a organização psíquica como a memória atuam como dispositivos que singularizam o homem. Sobre esse argumento temos então a possibilidade de refletir sobre a experiência traumática, a partir das respostas produzidas por cada um, quando de sua incidência.

Esse encaminhamento já pode ser identificado nas primeiras formulações freudianas acerca da constituição do psiquismo, como se depreende na correspondência com Wilhelm Fliess, especialmente na *Carta 52*. Nesse contexto encontramos uma definição bastante valiosa acerca da memória; nessa carta Freud (1896-1969) afirma que a memória é um conjunto articulado de inscrições, signos de percepções e representações distribuídas em diferentes registros, com lógicas próprias constituindo o

aparelho psíquico, concepção que é estruturada em uma de suas elaborações mais importantes: “*A Interpretação dos Sonhos*” (FREUD, 1900-1969), especialmente no capítulo VII, denominado “*Psicologia dos Processos Oníricos*”.

Em ambos os contextos, o aparelho psíquico relaciona-se com o funcionamento do sistema percepção-consciência. Em termos de uma concepção formulada topograficamente, o psiquismo disporia de um polo, a consciência, destinado à recepção de estímulos, sendo, portanto, diferente da memória, ou pelo menos, do polo relativo ao armazenamento de informações (enquanto representação).

Contemporânea à produção das ideias que aparecem na *Carta 52* (FREUD, 1896-1969) encontra-se uma obra bastante complexa: “*O projeto para uma psicologia científica*”, que concebe o psiquismo em analogia a uma engrenagem dinâmica relativa às partículas materiais, identificadas como neurônios, dispostos em três sistemas que apresentam graus crescentes de complexidade (o sistema *phi* seria o mais arcaico, o *psi*, intermediário e o *omega* o mais recente), e energia que seria a excitação (FREUD, 1895-1969).

Na linguagem dessa obra, a memória é definida como a capacidade de um neurônio do sistema *psi*, ou um conjunto de neurônios, ser constantemente modificado pela passagem de quantidades de excitação. As marcas ou impressões se diferenciarão de acordo com a importância da impressão no aparato psíquico. Quer dizer: “a memória está representada pelas facilitações existentes entre os neurônios *psi*”, que são as barreiras de contato, ou seja, “são resistências à descarga de energia que se formam nos contatos entre os neurônios”. (FREUD, 1895-1969, p. 348). Desse modo, já é possível depreender, no pensamento freudiano, a concepção de aparelho psíquico como algo que tem como função dominar forças que poderiam afluir tanto do exterior quanto do interior.

Contudo, para que esse aparelho exerça essa função de controle e domínio, algumas modificações teriam de acontecer na sua estrutura, ou seja, as barreiras de contatos como mecanismos de resistência representam dispositivos de memória. Na medida em que essas barreiras controlam a descarga de excitação obrigando o aparato a retê-la, então, a retenção modifica a estrutura, em termos da produção de registros mnêmicos, os mesmos que, por sua vez, entram em ação diante de uma nova recepção de estímulos. Quando o aparelho psíquico captura a excitação que ficou retida, ele a transforma, inserindo-o na cadeia associativa, por meio de ligação às representações. Sendo assim, há um *quantum* de excitação que invade o aparato psíquico. Essas ideias são reelaboradas nessa *Carta*, com um grau de sofisticação em relação ao modelo proposto.

Nesse sentido, podemos observar que uma nova concepção de aparelho psíquico, diferente da formulação proposta no *Projeto para uma psicologia científica* (1895), é apresentada na *Carta 52* (1896-1969), em especial no que tange à função da consciência. No contexto dessa carta, a consciência liga-se aos neurônios, local onde se originam as percepções, não retendo nenhum traço mnêmico. Nos signos de percepção do sistema *psi* é que acontecem as primeiras inscrições das percepções, inacessíveis à consciência, permitindo o primeiro registro mnêmico. Associações de causalidade ocorrem configurando o registro do inconsciente. Quanto ao registro pré-consciente, este, está ligado às imagens verbais (representação-palavra), o que de acordo com certas regras torna possível o acesso ao consciente. Faz-se importante deixar claro que cada registro ordena o material psíquico de acordo com uma lógica. Caso ocorra uma falha na inscrição do material psíquico é possível que algo precise ser retido, evitando assim o desprazer.

Poderíamos então pensar que quando esse *quantum* transborda os limiares de suportabilidade, então teríamos a formação de um resíduo não elaborado da experiência.

Considerando a possibilidade de esse resíduo manter-se nessas condições, quer dizer, não elaborado, então a experiência ganharia a conotação de experiência traumática, cujo resultado é a mobilização do sujeito. Isso pode ocorrer de duas maneiras: por um lado, essa experiência pode provocar uma completa inibição e, por outro, pode mobilizá-lo na busca de alternativas para lutar pela vida, pois o excedente de excitação não ligado às representações causa danos, não somente em termo da exigência de um grande esforço, como também pelo fato de representar uma grande ameaça.

A ligação do excedente de excitação a uma representação é o mecanismo que tem por função proteger o psiquismo em relação ao desprazer, decorrente do acúmulo de excitação desvinculada da cadeia associativa. Essa seria a solução para o excedente decorrente da experiência traumática. Caso contrário, quando a ligação do excedente não é possível as barreiras protetoras rompem-se, de forma súbita, podendo mobilizar o sujeito de tal maneira a não ter qualquer tipo de reação. Esse seria o efeito desestruturante do trauma.

No entanto, existem outras possibilidades em relação às quais o sujeito vale-se dos meios que dispõe para produzir novas formas de lidar com o acontecimento traumático, recorrendo ao aparato de memória, não somente no sentido de mera lembrança, mas com a finalidade de produzir novos arranjos psíquicos para a experiência vivida, quando há possibilidade para uma empreitada dessa natureza.

Há nesse sentido que traçar uma diferença entre o acúmulo de excitação e o excedente no âmbito do aparato psíquico, visto que essas duas situações produzem efeitos distintos. Em princípio, o acúmulo de excitação não pode ser pensado em relação à consciência, pois se a consciência se encarregasse dessa função não estaria disponível à recepção de informações, em função de ficar saturada com o acúmulo de excitação. Com relação ao excedente tem-se a mobilização da consciência para se livrar de uma impressão recorrente.

Seguindo a trilha da construção conceitual do aparato psíquico, considerando a função da consciência, encontramos uma importante elaboração a respeito da compressão da dinâmica da memória, no texto: “*Uma nota sobre Bloco Mágico*”, em que Freud (1925-1966) supõe que a consciência desaparece quando o investimento é retirado dela e os traços se inscrevem no inconsciente, estando assim sujeitos a um “rearranjo”. Tratando-se dessa nova formulação, uma hipótese pode ser aventada: se, no lugar de se escrever, na folha transparente da superfície do bloco mágico, o estilete sofrer demasiada força, tem-se então dois efeitos: a) ocorrerá uma junção entre as duas camadas, folha transparente e o papel encerado fino ou b) uma ruptura.

O exemplo do bloco mágico serve para mostrar que se uma força excessiva for feita sobre ele, o mesmo não funcionará como deveria. A camada de celuloide funciona como um escudo protetor para o papel encerado e se o escudo protetor for rompido ocorrerá um dano nas outras camadas, ou seja, é preciso que a quantidade de excitação seja mantida em um nível para que não ocorra uma fratura na memória. Segundo esse modelo, a memória está sujeita a novos rearranjos, segundo novas articulações – os acontecimentos psíquicos são fixados na memória através dos traços mnêmicos, tornando-se uma “escritura” no psiquismo.

Na *Carta 52* Freud (1896-1969) apresenta a noção de inscrição e, com ela, um novo modelo de aparelho psíquico, segundo o qual a consciência se liga aos neurônios, onde se originam as percepções, mas não retém nenhum traço mnêmico. Já nos signos de percepção do sistema *psi* acontecem as primeiras inscrições das percepções, inacessíveis à consciência, onde ocorre o primeiro registro mnêmico. No registro do inconsciente ocorrem associações de causalidade que também são inacessíveis à consciência. O registro pré-consciente está ligado a imagens verbais (representação-palavra) e corresponde ao *eu*, instância em que, de acordo com certas regras, é possível o acesso ao consciente. É importante deixar claro que cada registro ordena o material

psíquico de acordo com uma lógica. Caso ocorra uma falha na inscrição do material psíquico é possível que algo seja recalado, evitando assim o desprazer (defesa do aparato psíquico).

Esses rearranjos são responsáveis pela disposição das impressões de maneira a conformar mudanças na estrutura, alterações que serão decisivas tanto no processo de apagamento total das impressões, quanto no que diz respeito ao esforço de elaboração dos dispositivos de memória para circunscrever e evocar lembranças da experiência. Sendo assim, a rememoração dos acontecimentos psíquicos fica, dessa forma, a mercê não apenas da atividade da memória – entendida como função –, mas ao grau de proximidade da lembrança com relação ao evento traumático.

A temporalidade também é um fator decisivo, pois eventos recentes são lembrados mais facilmente do que eventos mais antigos. Há, acerca dessa questão, uma ressalva a ser feita: tratando de experiências traumáticas, pelo fato de não poderem ser inscritas em uma temporalidade, pelo transbordamento, temos então um presente contínuo, sendo que a impressão da situação permanece, no âmbito da percepção, com riqueza de nitidez. Esse é o móbil da repetição, que assim como não atualiza também potencializa o sofrimento.

A dificuldade do sujeito de se distanciar minimamente da situação referida à experiência abriu espaço para que outras interpretações fossem produzidas acerca das neuroses traumáticas, principalmente em relação a um de seus aspectos mais intrigantes, conforme pontua Seligmann-Silva (2000, p. 75) “a impossibilidade de representação da catástrofe, uma vez que o real está todo impregnado por essa catástrofe”. Nesse sentido, compreende-se que existem determinadas experiências que transgridem os limites de suportabilidade e que permanecem aderidas à percepção, em função da impossibilidade de serem alçadas a um condição discursiva, seja pela fala, seja pela escrita. Quer dizer,

há uma impossibilidade de narrar o evento, muito embora a repetição presente, em última análise, uma tentativa de dar um destino, ainda que sem sucesso.

É nesse entendimento que adentramos na obra *Além do princípio do prazer*, em que Freud (1920-1969) volta a sua atenção para a neurose traumática e retoma a questão da dor. As neuroses traumáticas caracterizam-se por uma ruptura no escudo protetor do aparelho psíquico contra as excitações externas. Diante da ruptura, o aparelho psíquico é inundado por um excesso pulsional. Quando o psiquismo consegue valer-se de suas defesas para conter o excesso, de alguma forma, uma solução é produzida. Caso contrário, tem-se então o trauma.

Toda vez que ocorre uma falha nesta tarefa inicia-se um processo repetitivo, que não envolve nenhuma possibilidade de prazer, por potencializar e presentificar a dor. Esse processo é denominado de compulsão à repetição. Frente ao irrepresentável, o excesso pulsional que fratura o aparelho psíquico torna-se elucidativo ao entendimento, na forma como Seligmann-Silva (2000, p. 78) esclarece sobre de que maneira o aparato psíquico responde ao excesso: “esse excesso, escreve Friedlander, não pode ser definido, exceto via uma afirmação geral sobre algo que deve ser posto em frases, mas não pode sê-lo”. Ou conforme salienta Semprun (1995, p. 22): “não que a experiência vivida seja indizível. Ela foi invivível, o que é outra coisa. Outra coisa que não se refere à forma de um resto possível, mas à sua substância. Não à sua articulação, mas à sua densidade”. Então se indaga: como dar um destino a uma vivência que sequer foi ainda transposta para o campo da recordação, da lembrança? Quer dizer, há algum tipo de solução a ser produzida pelo aparelho psíquico?

Na tentativa de dar uma explicação para essa questão, em outras palavras, sobre a forma como o aparelho psíquico funciona em um regime que não considera a dinâmica do prazer, Freud (1914-1969) utiliza-se da analogia ao trauma, a partir das lembranças dos soldados que sobreviveram à catástrofe da I Guerra Mundial. Aqueles

que conseguiam organizar algum tipo de lembrança, ao relatá-las, o faziam de um lugar no qual essas lembranças estavam repletas de dor e sofrimento ou apareciam, atordoando, nos sonhos. Se os sonhos apresentam um conteúdo que traz para o sujeito o desprazer, então a própria concepção de sonho é reformulada, principalmente em relação à questão da realização de desejo, na medida em que esses sonhos evidenciam a existência da compulsão à repetição de uma experiência dolorosa, não contendo nenhuma possibilidade de prazer ou de elaboração. Sendo assim, podemos afirmar que a experiência é traumática quando sinaliza a existência do perigo, o que produz uma ruptura na memória. Por intermédio dessa ruptura abre-se uma perspectiva de repensar o passado.

No entanto, como assinala Benjamin (1994a, p. 224):

articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como ele de fato foi. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem (BENJAMIN, 1994a, p. 224).

Disso podemos depreender que a transmissão dessas falhas tem algum sentido, mesmo que não sejam eficazes para desvelar as zonas sombrias do esquecimento ou do silêncio, mas já representam um esforço nessa direção, pois há uma estratégia voltada para inventariar o passado. Esse é o sentido dos escritos e de toda a produção que veio a lume, depois da II Guerra Mundial, da qual Primo Levi (em seus livros) e outros sobreviventes (em testemunhos e narrativas) nos deixaram como um grande legado. Há também obras cinematográficas que mesmo sendo objeto de grande controvérsia, ainda sim não deixam de ter o seu valor. Essas estratégias de escrita e de narração que tentam dar corpo aos resíduos e aos restos inomináveis correspondem aquilo que Pollak (1990) denomina como a gestão do indizível, referindo-se a um processo de dar sentido ao silêncio decorrente da dor e do horror, considerando, contudo, o quanto tal processo é lento e doloroso.

Assim, aquilo que persiste de uma catástrofe, ou de uma situação que excede os limites de suportabilidade, pode ser considerado o paradigma da experiência traumática por dois motivos.

Em primeiro lugar, trata-se de uma vivência que ocorreu em uma circunstância de extrema violência, algo que paralisou o sujeito impossibilitando o mesmo de organizar qualquer defesa que pudesse fazer frente a ela.

Em segundo lugar, a intensidade dessa vivência é tão forte que, muitas vezes, para ser elaborada, quando é possível, exige um grande intervalo de tempo de distanciamento.

O período de mutismo e de silêncio atesta precisamente o caráter traumático da situação. Por esse motivo, Caruth (2000, p. 111-112), assinala que com relação à experiência traumática estamos diante de:

um determinado paradoxo: a visão mais direta do evento violento pode ocorrer como uma inabilidade absoluta de conhecê-lo; a imediatez pode, paradoxalmente, tomar a forma de um atraso. A repetição de um evento traumático, que permanece não disponível para a consciência, mas intromete-se na visão, sugere, portanto uma relação maior com o evento, que se estende para além do que pode ser visto ou conhecido e que está intrinsecamente ligado ao atraso e à incompreensão que permanece no centro dessa forma de repetição à visão (CARUTH, 2000, p.111-112).

Eis a ideia que defende Caruth quando se aprofunda na questão do testemunho como uma produção de memória. Admite que a necessidade do testemunho tenha como contrapartida a urgência de por em palavras aquilo que pode aludir à situação traumática, mesmo que seja o vazio. A partir deste argumento, poderemos afirmar que o traumatismo tem um sentido que escapa às formas de significação, em um primeiro momento, mas que, com o passar do tempo, sobre ele podem ser empreendidos esforços na tentativa da construção dos rastros da experiência.

Assim, podemos considerar que o traumatismo é, ao mesmo tempo, o produto de uma experiência de desumanização – para os agentes que se encarregam de produzir

a catástrofe – e também a prova máxima de humanidade daqueles que fizeram a travessia por uma experiência dessa natureza.

2.1.4. Experiência traumática e sobrevivência

A partir dessas considerações iniciais, encaminhamos a nossa análise para o legado de Primo Levi, que em seu relato bibliográfico, *Os afogados e os sobreviventes*, aponta para o fato de que essa compulsão à repetição – signo da experiência não elaborada – se passa da seguinte forma: “curiosamente, esse mesmo pensamento mesmo que contarmos não nos acreditarão, brotava, sob a forma de sonho noturno, do desespero dos prisioneiros” (LEVI, 2004, p. 9).

O autor ainda expressa o temor sofrido por alguns sobreviventes, pelo fato de não encontrar alguém que quisesse escutar os relatos dos acontecimentos traumáticos vividos nos campos de concentração, uma vez que essa recusa em ouvir os sobreviventes impossibilitaria não só a elaboração da experiência traumática, como condenaria o sobrevivente à repetição mortífera do trauma.

O fato do outro não permanecer indiferente ao relato traumático do sujeito que o vivenciou, parece ser um indicativo que torna possível a construção de memória, tanto para produzir sentido acerca da história de sua espécie quanto de si próprio.

Diante dos relatos dos sobreviventes da I Guerra Mundial surgiu uma nova compreensão à teoria do trauma, principalmente, diante da constatação de que esses sujeitos dificilmente conseguiam esquecer-se das situações insuportáveis que viveram, ou de relatar as experiências vividas no *front*. Benjamin (1994b, p. 115) espantou-se com a mudez dos soldados que retornaram da I Guerra Mundial e questionou os motivos pelos quais eles “tinham voltado silenciosos dos campos de batalha. Mais pobres em experiências comunicantes e não mais ricos”.

As experiências vividas pelo homem normalmente são incorporadas a sua história pessoal como um novo conhecimento de vida. Porém, durante a guerra, nunca houve experiências tão extremas de excesso e de limites à suportabilidade, como a fome, o medo e o desamparo. Não por acaso, muitas vezes, aqueles que conseguem sobreviver a uma catástrofe, como a guerra, tornam-se incapazes de formular sequer uma palavra sobre o visto e o vivido.

O silêncio e mutismo são consequências diretas da interferência do trauma nas cadeias associativas da memória, como exemplificado no terror vivido pelos sobreviventes da guerra. Por esse motivo, essa experiência nem sempre é transmissível de geração a geração, por se tratar de uma experiência única e não simbolizável. Diante dessa constatação, Benjamin (1994b) conclui que essas experiências traumáticas trariam o fim da narração tradicional, sem que houvesse mais espaço para compartilhá-lo, ou seja, com isso haveria um retorno à interiorização.

Após o fim da I Guerra Mundial (1914-1918) e a volta dos soldados do *front*, Walter Benjamin (1994b) assinala algumas consequências a respeito do despedaçamento da narrativa. Segundo o autor, as pessoas começam a se preocupar em deixar sua marca nos objetos pessoais, o que se pode notar com as iniciais bordadas em lenços, roupas, etc., como que traduzindo a marca de sua própria existência – e é principalmente nesses acontecimentos que o autor percebe uma forma de narrativa, mediada pelo simbólico. Nos dez primeiros anos seguintes a essa guerra, Walter Benjamin aponta para o fato de que muitos livros com histórias dos sobreviventes chegaram ao comércio literário. Nesses livros, encontravam-se narrativas pessoais dos sobreviventes da experiência devastadora da guerra, muitas delas não foram transmitidas em relatos verbais.

Aprofundando essas reflexões, Seligmann-Silva (2000, p. 84) escreve que diante do evento traumático o sujeito desenvolve uma ferida na memória, ou seja, há uma descontinuidade radical na cadeia associativa. Acerca dessa interferência, ele esclarece:

o trauma é caracterizado pela incapacidade de recepção de um evento transbordante, ou seja, trata-se da incapacidade de recepção de um evento que vai além dos “limites” da nossa percepção e torna-se para nós algo sem forma. Essa vivência leva posteriormente a uma compulsão à repetição da cena traumática (SELIGMANN-SILVA, 2000, p.84).

Conforme salienta Freud (1917-1976), a experiência traumática é aquela que não pode ser totalmente assimilada enquanto acontece. Nesse contexto o testemunho seria a narração não tanto desses fatos violentos, mas da resistência a sua compreensão. Passar por tais experiências tem suas consequências, especialmente, no que concerne à possibilidade de elaboração, quando possível, dos vestígios de memória que são apreendidos em um dado momento de vida.

No entender de Jelin (2001) o sofrimento traumático pode impedir a vítima de sua comunicação, impedindo também o testemunho, ou seja, a narração das memórias, por incapacidade de simbolização. A partir dessa dificuldade de se expressar a autora destaca a importância não só do narrador, mas do outro, o que escuta atentamente. Só através do diálogo, construído sob a alteridade, é possível a superação do trauma. A ausência do outro, que pode escutar suas angústias, afirmar e reconhecer a sua realidade aniquilaria o relato.

O testemunho como construção de memórias implica múltiplas vozes em verdades, também em silêncios, não ditos, sendo que esses silêncios podem estar relacionados com vazios traumáticos – ou de maneiras de distanciamento do outro, que não deseja se expor, por vergonha ou por busca de dignidade. A respeito do silêncio e do ocultamento cabe trazer para a reflexão a distinção feita por Ferro (1989) que identifica três estratégias de silenciamento.

Uma primeira forma de silenciamento concerne ao princípio da legitimidade de uma instância de poder, pois para garantir a legitimidade, existem instâncias sociais como a Igreja, o Exército e outras que engrandecem suas origens e suas funções. Essa estratégia visa conferir uma legitimação a fontes exteriores, responsáveis por dar a essas instâncias dimensões supremas. Mas há, nesse engrandecimento uma contradição, visto que essas instâncias ocultam determinados feitos, em suas origens, que nada têm de enobrecedores. Assim, ao enaltecer uma condição, se oculta um aspecto.

Há uma segunda modalidade que concerne às práticas de uma nação, principalmente, naquilo que diz respeito a ações causadoras de devastação. Isso decorre das interpretações produzidas pelos vitoriosos e que são impostas aos derrotados. Desse modo, observamos um grande confronto: os vitoriosos defendem o argumento de que suas ações foram necessárias e os derrotados, por sua vez, relatam os horrores sofridos. Com isso, produzem-se diferentes memórias.

Enfim, uma terceira modalidade de silêncio concerne à recusa, no sentido de lembrar-se de um passado em que houve a submissão à humilhação, maus-tratos. Muitas vezes podemos nos lembrar de algo que é uma injustiça, mas não daquilo que se configura como uma desonra, pois se corre o risco de aniquilamento da própria identidade.

Acreditamos que essa terceira modalidade seja um caminho frutífero para refletirmos sobre os silêncios dos sobreviventes de catástrofes, principalmente, aqueles que tiveram muitas vezes, forçosamente, que abrir mão da dignidade, na tentativa de sobrevivência. Assim, compreendemos as lacunas nas produções e mesmo o silêncio daqueles que, obstinadamente, recusam-se a falar, na crença de que dessa forma, eles mantêm ainda um resquício de si, em condições humanas.

Não se trata de uma mera imposição, mas sim da constatação de que, conforme afirma Levi (1988, p. 24), “a nossa língua não tem palavras para expressar essa ofensa,

a aniquilação de um homem. Num instante, por intuição quase profética, a realidade nos foi revelada: chegamos ao fundo”. Essa dimensão da experiência catastrófica configura-se em termos de um estado de privação, em diferentes níveis, como aconteceu nos campos de concentração: privação de bens materiais e privação do convívio com entes queridos, convergindo para um tipo de vazio que se avoluma, gradativamente, pelo sofrimento e pela ausência de condições para a manutenção da dignidade, principalmente, em decorrência das estratégias para anular ou esfumegar as formas de discernimento.

Perder tudo, inclusive a dignidade, representa para o homem, perder-se a si mesmo, transformando-se em um dejetivo, ante as imperiosas exigências dos carrascos que se satisfazem com a tortura pelo método da desumanização. O que é rompido, nessas condições é qualquer sentimento de afinidade humana, quer dizer, estilhaçam-se os vínculos de solidariedade. Com isso, muitas vezes, a fraternidade é posta em suspensão ou ignorada, como se verificou com aqueles que se prestaram ao papel de colaboracionistas do nazismo, nos campos de concentração. Haveria então formas de compreensão dessas ações? Em princípio, tais ações podem ter uma explicação, porém, no tocante às justificativas, as obscuridades se apresentam.

A título de ilustração, acerca dessa questão, podemos aludir ao aspecto mais intrigante do capítulo da história das catástrofes, na qualificação de “zona cinzenta”, que configura a experiência traumática vivida por Primo Levi (2004), em Auschwitz. Esta constitui uma das lições transmitidas e que recapitula uma parte do que sabemos sobre a catástrofe dos campos de concentração, seus “subterrâneos” e sobreviventes. É interessante entender como a experiência concentracionária atinge a sua finalidade primeira na transformação de homens em animais. Contra essa possibilidade ergueu-se a grande luta dos sobreviventes: não permitirem essa transformação e sobreviverem para relatar o que for possível. Daí a necessidade de preservar, minimamente,

determinados aspectos da tradição para ter dispor de condições na elaboração dos testemunhos.

O autor italiano, de origem judaica, foi entregue à Gestapo em fevereiro de 1944, sob o regime totalitário das leis raciais de Mussolini. A sua detenção, em Auschwitz, permitiu-lhe escrever um testemunho, registrado em pelo menos três obras bastante elucidativas: 1. *E isto é um homem?*; 2. *Afogados e sobreviventes*; e 3. *A trégua*. Esse legado em forma de livros tem o sentido da busca de um recurso para “satisfazer a necessidade de libertação, portanto têm a finalidade de libertação interior” (LEVI, 1988, p. 8).

A liberação produzida pela escrita da vida a episódios vividos e que não são frutos da ficção literária apresentam-se como fragmentos, muitas vezes desconexos, cabendo ao leitor fazer as ligações ou imprimir-lhes uma lógica. Trata-se, pois, da necessidade de minimizar a violência com que determinados fatos, que não são frutos da imaginação, colaram-se à memória, empurrando imperiosamente o sobrevivente para as brumas do sofrimento.

Nas inúmeras páginas dessas obras – consideradas verdadeiros testemunhos, bem como também relatos autobiográficos – encontramos a construção de um olhar que envolve não apenas as ações dos carrascos alemães, como também as das vítimas, muitos das quais inseridas na “zona cinzenta” da atitude colaboracionista com o inimigo.

O olhar do autor sobre si mesmo, dos seus companheiros de sofrimento e dos nazistas é o do sobrevivente, intrigado em decifrar as nuances da experiência traumática, observada no abominável do colaboracionismo, onde vítimas e perseguidores encontram-se do mesmo lado. A esse respeito deixemos que a escrita do autor cumpra a sua função de esclarecimento sobre nebulosos pontos, quando afirma:

o interior dos campos era um microcosmos intricado e estratificado: a zona cinzenta, a dos prisioneiros que, em qualquer medida, se calhar mesmo por bem, colaboraram com as autoridades,

não era estreita, pelo contrário, constituía um fenômeno e importância fundamental para o historiador, o psicólogo e o sociólogo. Não há prisioneiro que não se lembre disso, e que não se lembre do seu espanto: as primeiras ameaças, os primeiros insultos, as primeiras pancadas não provinham dos SS, mas sim de outros prisioneiros, de “colegas” daquelas misteriosas personagens que, no entanto, vestiam a mesma túnica às riscas que eles, os recém-chegados, acabavam de envergar (LEVI, 2004, p. 205).

Nesse sentido podemos entender a narração da dor, possibilitando uma postura reflexiva do passado e a transmissão do testemunho, mas tendo, sobretudo, a finalidade de satisfação da necessidade de distanciamento do sofrimento, na busca por um alívio para a dor incessante. Podemos ainda dizer que a narrativa testemunhal é uma forma bastante diferente da tradicional, já que o trauma reduziu drasticamente as chances de expressão pela via do simbólico, mas que, ao mesmo tempo, funciona como um esforço do sujeito em conter a experiência de horror, que devido ao excesso se tornou impossível de narrar pelas vias tradicionais. Aliás, como assinala Levi (1988, p. 15), “cedo ou tarde, na vida, cada um de nós se dá conta de que a felicidade completa é irrealizável, poucos, porém, atentam para a reflexão oposta: que também é irrealizável a infelicidade incompleta”.

Não obstante, assinala Levi (1988, p. 56) que “a capacidade humana de cavar-se uma toca, de criar uma casca, de erguer ao redor de si uma tênue barreira defensiva, ainda que em circunstâncias aparentemente desesperadas, é espantosa”. Essa indicação nos faz pensar no fato de que, por mais devastadora que seja uma vivência, ela não é completamente desprovida de conteúdo: pode perder seus contornos, mas mesmo assim ainda é possível extrair dela alguma coisa. Certamente, diante da pressão e da privação das necessidades vitais, muitos hábitos e até mesmo formas de preservação da vida são completamente destituídos de suas funções, quando não reduzidos ao absoluto do silêncio.

Mais uma vez busquemos a elucidação para essa nuance da experiência traumática, na experiência de quem, na condição de vivos-mortos, sobreviveram às agruras dos campos de concentração e, obviamente, aos carrascos que insistiam

constantemente em evidenciar e pronunciar a morte. Vejamos o que extraímos da escrita de Levi (1988, p. 91):

eles povoam minha memória com sua presença sem rosto, e se eu pudesse concentrar numa imagem todo o mal do nosso tempo, escolheria essa imagem que me é familiar: um homem macilento, cabisbaixo, de ombros curvados, em cujo rosto, em cujo olhar não se possa ler o menor pensamento (LEVI, 1988, p.91).

Com o exemplo da experiência avassaladora da guerra vemos que o trauma é entendido como o excesso que invade o aparelho psíquico, em montantes de energia que comprometem o funcionamento do aparelho de memória. No texto *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise*, Freud (1933[1932]1996) reafirma o trauma como uma experiência que traz à mente, em um período muito curto de tempo, uma excitação grande demais para ser absorvida. Consideramos que essa excitação não absorvida produzirá o que Seligmann-Silva (2008, p. 10) nomeia de fragmentos, “ou cacos de uma memória esmagada pela força das ocorrências que nunca chegam a se cristalizar em compreensão ou lembranças”; o que configura outra forma de funcionamento do aparato psíquico.

A narrativa, composta de fragmentos, na concepção de Benjamim (1994b), é um trabalho de religamento ao mundo. Narrar o trauma tem o sentido de renascer. Entretanto, o narrador irá encontrar dificuldade em traduzir em palavras o excesso vivido, uma vez que existe o inevitável diferencial entre o vivido e o dito. Diante de todas as situações a que se encontra exposto, o homem teve que avir com aquilo que ficou como resto, sem sentido (signo de percepção recorrente, próprio da situação de choque que subsiste como uma vivência em presente contínuo), demonstrando assim a possibilidade de organização de recursos construtivos para o desencadeamento de situações em termos de futuro criativo. Assim, observamos o deslocamento de quem se encontrou exposto ao choque de uma situação, do lugar de impotência causado pelo estado de desamparo ou pela violência da situação traumática.

Em face dessas constatações é possível refletir sobre o viver do homem moderno, aquele que se coloca diante de questões, como a produção de novos sintomas, entretanto, ele terá que pagar um preço quando se trata dos caminhos obscuros a percorrer sem a possibilidade de construir um saber a respeito do trauma. É nesse sentido que, para sobreviver, ele deverá se engajar no processo de construção de memória – tanto para produzir sentido acerca da história de sua espécie quanto de si próprio.

2.2. A literatura do sofrimento

2.2.1. Ódio e destrutividade

Desde os primórdios da história da condição humana o homem está exposto ao risco de viver experiências relacionadas à violência – tanto em situações corriqueiras, quanto em relação à vida nos grandes centros urbanos –, na guerra, como também nos regimes totalitários. A violência é tanto um aspecto relacionado à sobrevivência quanto pode ser empregada com fins meramente destrutivos. Tratando-se dessa finalidade, Farias (2010, p. 22) define o ato violento, expresso na destrutividade, como aquele que se “dirige ao semelhante para submetê-lo a um exercício de horror, na crença de que dessa forma está garantida sua identidade de poder absoluto”.

A civilização viu surgir na Europa, no início do século XX, a ascensão do regime nazista e, com ele, a intolerância ao outro começou a tomar forma, no ódio expresso contra os judeus e outros povos, ocasionando a morte de milhares de seres humanos nos campos de concentração.

Desde a I Guerra Mundial, Freud (1915) consagrou a essência de seus interesses intelectuais aos processos de construção e destruição da cultura. Assim, é dada uma atenção aos textos que testemunham as preocupações do criador da Psicanálise para com a política de ódio que se alastrou no final de sua vida e obra no

oeste europeu, como se pode depreender nas formulações do ensaio *Considerações atuais sobre a guerra e a morte*, em que Freud (1915-1969) faz considerações sobre a ordem política e a governabilidade e trata de outra interpretação sobre o Estado e da relação deste com a violência, ou seja, o Estado proibiria a onipotência da força pulsional em tempos de paz, mas a promoveria em tempos de guerra. Enfim, na paz e na guerra a relação do Estado com a violência se desloca da interdição para a incitação da mesma.

Ainda na obra *Considerações atuais sobre a guerra* Freud (1915-1969, p.128-129) começa declarando sua desilusão:

Esperávamos que as grandes nações de raça branca, dominadoras do mundo, às quais cabe a liderança da espécie humana, (...) esperávamos que esses povos conseguissem descobrir outra maneira de solucionar incompreensões e conflitos de interesse [...] Poder-se-ia supor [que eles] adquiriram tanta compreensão do que possuíam em comum, e tanta tolerância quanto a suas divergências, que 'estrangeiro' e 'inimigo' já não podiam fundir-se, tal como na Antiguidade clássica, num conceito único (FREUD, 1915-1969, p.128-129).

Esse pensamento freudiano é uma consequência de suas convicções sobre a pulsão de morte (FREUD 1920-1969), ou seja, ele concebe a agressividade como manifestação da pulsão dirigida ao exterior.

A partir do surgimento da pulsão de morte, a pulsão de dominação e o sadismo são entendidos como derivados da pulsão de morte que visa destruir o objeto. Em outras palavras, o outro passa a ser o receptáculo para a pulsão de morte, para exteriorização e exercício da destrutividade e da agressividade (FREUD, 1930-1969, p.85). O retorno da pulsão de morte ao superego ativará o sentimento de culpa e a necessidade de punição, elemento que aparece nas condutas autodestrutivas e que poderiam explicar a agressividade humana.

Nesse ponto, podemos propor uma distinção do ódio como fenômeno de um ódio estrutural. De um modo geral todas às vezes que o ódio é revelado, a primeira medida é tentar suprimi-lo ou aplacá-lo, ou seja, fazer com que desapareça. O esforço

de suprimi-lo ao que é ameaçador, pode em alguns momentos produzir efeitos piores, no que se refere à particularidade, à singularidade de cada sujeito. Poderíamos então depreender o ódio como paradigma, para algo que está em jogo, em uma determinada cena, tanto no nível individual quanto no coletivo e, assim, permitir a construção de outras possibilidades que não a destruição (MANDIL, 2012).

De acordo com Fuks (2007, p. 61-62), o “ódio quando levado ao paroxismo, desemboca na segregação e no racismo, expressões máximas da intolerância ao outro e a si mesmo”. É no texto *O tabu da virgindade* (1918), que Freud pela primeira vez alude ao termo “narcisismo das pequenas diferenças”, algo que está na “base da constituição do “eu”, do “nós” e do “outro”, na fronteira que tem por função resguardar o narcisismo da unidade”. E ainda de acordo com a autora, “Freud utilizou a noção de narcisismo das pequenas diferenças para refletir sobre [...] a intolerância tanto no plano individual como coletivo”. Interpretando o pensamento freudiano, Fuks (2003, p. 5) esclarece:

são pequenas diferenças reais que impedem que o outro seja um perfeito semelhante, o que significa que o ódio não nasce da distância, mas da proximidade. E, exatamente porque não se trata de uma diferença qualquer, é que produz o estranhamento que detona os impulsos hostis (FUKS, 2003, p. 5).

De acordo com Farias (2012), esse estranhamento está relacionado com o inimigo interior, aquele que habita em todos nós e que é projetado em determinadas figuras, no contexto social. E nessa perspectiva, poderíamos dizer que para o opressor a existência de seu semelhante é entendida como afronta, motivo pelo qual se arvora a levá-lo à condição de total inermidade.

Poderíamos supor que o objetivo daqueles que exercem a prática da violência é, entre outras palavras, dispor do outro em sua condição de fragilidade e desamparo, onde o seu corpo pode ser transformado em objeto manipulável, conforme acontece no extermínio em massa ou no assassinato. Essa posição em que o sujeito é submetido implica em sofrimento, terror, infelicidade e tem como efeito destitui-lo de sua condição

subjetiva. Esta dessubjetivação pode redundar em apatia, inibição, instabilidade, presença de memórias intrusivas. Em outros termos, estamos no campo da experiência traumática.

Sem dúvida, tornou-se bastante difícil compreender um mundo onde o sentido da vida e das relações interpessoais perdeu-se quase que por completo, onde ideologias são utilizadas para justificar todo tipo de segregação, criadas com o intento de eliminar o mal-estar diante do diferente, como no regime nazista.

Na primeira metade do século XX vivemos um momento histórico marcado pela violência. Em que a mesma é encenada diante de uma população perplexa, frente ao horror da barbárie dos episódios de ódio, massacre, crueldade, assistindo a falta de sociabilidade do homem contra seu semelhante, na certeza de que era preciso eliminar o outro para sobreviver. Nesse período, as potências políticas europeias foram as grandes protagonistas de um embate sangrento, num espetáculo de dizimação. Nesse cenário, o holocausto assume proporções de um trauma cultural, porque mesmo as pessoas que não viveram esse capítulo sangrento da história também foram tocadas por esse episódio traumático. Os instrumentos mais significativos da tecnologia foram utilizados com a finalidade de promover a destruição e como uma forma de se impor sobre o “inimigo”, por meio da força das armas e da violência.

Vale registrar que toda violência que extrapola o limite do suportável é da ordem do indizível e incompreensível. Esta forma paralisante de experiência demanda um longo tempo de elaboração. Sobre essa questão Farias (2012, p.4) esclarece:

existem aqueles que, depois de um longo período de tempo, conseguem mediante árduo exercício de recuperação de filigranas de memórias trazer à lume situações vividas. Certamente essas pessoas o fazem tentando elaborar as experiências vividas e mesmo entender o motivo pelo qual foram objeto de exposição a situações extremas (FARIAS, 2012, p.4).

Assim, compreendemos que o trauma tanto pode paralisar o sujeito, silenciando-o para sempre, como advir à elaboração em termos criativos de construção

de uma memória. Eis o percurso que construiremos nesse estudo: discorrer sobre a experiência traumática, em sua vertente positiva, e sobre a construção de representações que possibilitam ao sujeito distanciar-se do terror causado pelo choque recorrente do trauma. Abordaremos a via da escrita, considerando a mesma como uma das estratégias de simbolização dos eventos traumáticos.

2.2.2. Experiência traumática, escrita e elaboração

Apenas no século XX, conforme assinala Seligmann-Silva (2006, p. 40), surge na literatura o relato testemunhal do sofrimento. Em seu modo de entender esse tipo de escrita, “expressa o processo de esmagamento daquilo que é expelido pela sociedade como se fosse um resto. Ela é afirmação da vida, contra a redução desta à mera vida, ou à simples sobrevivência. Ela é, portanto, eminentemente política”. A esse respeito, ele complementa afirmando:

a literatura, sobretudo desde o romantismo e do romance gótico, tem se especializado em apresentar o recalcado e aquilo que a cultura resiste em olhar de frente: a violência onipresente e, sobretudo, seus resultados terríveis, como a própria noção de vida nua (SELIGMANN-SILVA, 2006, p. 40).

A modernidade é traumática “não é casual a literatura de testemunho ter surgido em uma época repleta de guerras”; marcada pelos “campos de concentração e extermínio, ditaduras latino-americanas e regimes totalitaristas, pois ela expressa a dor e a exclusão de tudo aquilo que é diferente e, portanto, ameaçador” (SELIGMANN-SILVA, 2006, p. 40).

A escrita aqui tem um lugar dedicado ao relato do sofrimento e às consequências da experiência da dor – por mais que sejam muitas vezes desagradáveis e enigmáticas as razões que levaram a essas experiências. Muitos dos sobreviventes dos campos de concentração relatam a impossibilidade de traduzir em palavras a experiência enquanto vivida. Em concordância com Seligmann-Silva “aquele que testemunha se relaciona de

um modo excepcional com a linguagem: ele desfaz os lacres da linguagem que tentavam encobrir o indizível que a sustenta” (2003, p.49).

Sempre que se julgam preparados de retornar àquilo que não pode ser esquecido, as vítimas do Holocausto constroem suas memórias, acreditando que essas narrativas sobre o sofrimento são a possibilidade de elaborar o acontecido, atribuindo-lhe significado e entendimento, a fim de nomear o que não tem nome. Relatam os horrores vividos no período da guerra, das humilhações e perseguição nazista aos seus familiares, amigos e a si próprios. A literatura do sofrimento tem se mostrado como uma produção literária essencial para o registro das memórias, admitindo que uma experiência individual seja transformada em memória cultural, em outras palavras, poderíamos dizer que é uma aliança entre o texto e a vida.

Qual a finalidade de escrever sobre o impensável traumático na vida de Ruth Klüger e Primo Levi? Essa indagação é também de Klüger (2005, p. 101) que se pergunta: “se não houver ponte alguma entre minhas lembranças e as suas, por que, afinal de contas, escrevo isto?”. Suas rimas ainda que imperfeitas esmiúçam o tempo do horror vivido em Auschwitz, desde quando menina em que “usava a poesia como compensação” (KLÜGER, 2005, p. 106); considerando também que valia a pena dar testemunho de algo que ela havia vivido acreditando que “chegará um tempo em que tudo aqui terá passado”.

Por mais contraditório que possa parecer, a literatura do sofrimento é a esperança daqueles que já não tem mais esperança – e ainda assim ela atravessa toda a obra literária de Ruth Klüger. A esse respeito, Primo Levi afirma:

o Campo é uma grande engrenagem para nos transformar em animais, não devemos nos transformar em animais; até num lugar como este, pode-se sobreviver, para relatar a verdade, para dar nosso depoimento (LEVI, 2004, p.39).

Com a ajuda dos textos literários lidos no campo de concentração (de autores como Adalbert Stifter, poeta e escritor austríaco e Thomas Bernhard, também escritor

austríaco) e na tarefa de criar suas rimas é que Ruth Klüger pode subjetivar o fim de sua família – o que, possivelmente, fez com que ela não perdesse a razão em Auschwitz, pois se manteve “psicologicamente com a cabeça fora d’água, sem afogar” (KLÜGER, 2005, p. 115).

A primeira tentativa de Jorge Semprun de elaborar o trauma vivido no campo de concentração de Buchenwald está presente em seu livro *A Grande Viagem*, escrito em 1967, entretanto, com o suicídio de Primo Levi, no ano de 1987, ele retoma a transmissão da experiência da travessia pela morte, em outra de suas obras, *A Escrita ou a Vida*, escrito no mesmo ano. O autor foi aprisionado no ano de 1943, quando ainda era um jovem espanhol de vinte e dois anos, exilado em Paris, um entre os muitos que foram presos e deportados pela Gestapo por ser comunista e militante da Resistência Francesa. Parece-nos que com a morte de Levi, o que Semprun tentou sepultar retorna em seus pesadelos e alucinações. É ele que se interroga se é possível relatar sobre “a fumaça do crematório, o cheiro de carne queimada sobre o Ettersberg, as chamadas pela neve, o esgotamento da vida, a esperança inesgotável, a selvageria do animal humano” (SEMPRUN, 1995, p. 22). Em relação a essa mesma questão, Primo Levi, em vários trechos do seu livro *É Isto um Homem* (1988, p.88), escreve que o que acontecia não era para os olhos humanos e nem para ser sabido, ele questiona ainda se seria conveniente que restasse alguma memória dessa experiência. É ele mesmo quem responde:

Estamos convencidos de que nenhuma experiência humana é vazia de conteúdo, de que todas merecem ser analisadas; de que se podem extrair valores fundamentais (ainda que nem sempre positivos) desse mundo particular que estamos descrevendo. Desejaríamos chamar a atenção sobre o fato de que o Campo foi também (e marcadamente) uma notável experiência biológica e social (LEVI, 1988, p.88).

Mais de cinquenta anos se passaram e o silêncio não calou a impressão da morte em Jorge Semprun, nem o cheiro adocicado de carne queimada que exalava dos fornos crematórios em Buchenwald. É ele quem escreve: “bastaria fechar os olhos, ainda hoje. Bastaria não um esforço, muito pelo contrário, uma distração da memória repleta até a

borda de bobagens, de felicidades insignificantes para que ele reaparecesse” (SEMPRUN, 1995, p. 16). Para ele, a verdade traumática desse episódio antigo se revela ainda hoje, nesse “cheiro estranho sobre a colina do Ettersberg, pátria estrangeira à qual sempre retorno” (SEMPRUN, 1995, p. 16).

Por tratar-se de narrativas de cunho traumático, torna-se evidente que o essencial não pode ser apresentado de modo direto no relato do sofrimento, pois o traumatismo psíquico causado por uma catástrofe expõe o homem a uma realidade difícil, colocando-o em um estado de vulnerabilidade. Conforme salienta Seligmann-Silva (2003, p. 49):

o testemunho apresenta-se desde o início sob o signo simultâneo da necessidade e impossibilidade, pois diante da situação traumática, testemunha-se um excesso de realidade e o próprio testemunho, enquanto narração testemunha uma falta: a cisão entre a linguagem e o evento, a impossibilidade de “cobrir” o vivido “o real” com o verbal.

Quando se trata da literatura do sofrimento, trata-se de dar voz às vítimas do trauma. A produção da escrita pode ser considerada como a elaboração – por menor que seja – da experiência traumática. A produção sobre os registros das condições extremas de vida implica certo distanciamento do sujeito, no que concerne ao trauma vivido, permitindo uma nova escrita criativa para as inscrições traumáticas. Desse modo, o sujeito faz um corte que instaura uma diferença, permitindo assim um distanciamento da experiência vivida. A escrita aponta para um sujeito singular, alguém que realiza um ato de criação e elaboração, dando sentido a uma experiência que é da ordem do sem sentido. A literatura dos relatos do sofrimento aponta para os efeitos que a elaboração do trauma produz em cada sujeito.

A experiência traumática cava um vazio no real do corpo, se apresentando como um material fragmentado, não totalizado. A fantasia vem dar um contorno a esse vazio deixado pelo trauma. A maneira que encontramos para exprimir a fantasia construída é por meio da linguagem, seja ela escrita ou falada. Na produção da escrita do trauma, o

sujeito escreve o que ele entende do fato vivido e não do fato, propriamente dito, deixando antever a estreita relação entre a fantasia e a escrita.

De acordo com Assmann (2011), durante muito tempo as experiências vividas ao longo da história do homem foram marcadas pela evidência privilegiada da escrita, rastro singular que permite que a história de cada um permaneça nas gerações futuras, immortalizando o autor e sua mensagem. Atualmente, a escrita não ocupa mais o lugar privilegiado, pois seu rastro se apresenta efêmero e frágil, alterando a significação mnemônica do traço escrito. Em conformidade com Gagnebim (2002), na verdade esses rastros são signos decorrentes da contingência que, ao serem representados, deixam vestígios de uma marca (presença/ausência), algo que muitas vezes não pode ser decifrado; e vez por outra eles ficam esquecidos, enquanto os signos culturais e linguísticos se immortalizam. Cito, como exemplo, a produção escrita dos relatos testemunhais dos autores citados nesse estudo.

Em seu livro *Os afogados e sobreviventes*, Primo Levi (2004) relata a ânsia de aniquilação dos rastros pelos nazistas. Quando ficou evidente que Hitler não seria o vencedor da guerra, Levi escreve que se inicia, então, a destruição dos rastros da barbárie. Embora os documentos e testemunhos sejam grandes aliados para a construção de memória de tragédias como o holocausto, nem sempre a sociedade opta pela lembrança. A memória opera a partir de um processo seletivo e pode se tornar uma arma política para as vítimas de guerras e genocídios, em que o esquecimento estabeleceu sua predominância. Desse modo, poderíamos dizer que a escrita de uma experiência de dor e humilhação, faz com que a memória opere de modo seletivo entre o que deve ser lembrado e esquecido. Em conformidade com Benjamin (1985, p. 37), a lei do esquecimento também surge no interior da obra escrita.

Pois um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois. Num outro sentido, é a reminiscência que prescreve, com rigor, o modo de textura. Ou seja, o texto está apenas no *actus purus* da própria

recordação, e não na pessoa do autor, e muito menos na ação (BENJAMIN, 1985, p.37).

Incluimos nesse estudo, além dos que sofreram o horror dos campos de concentração, o relato do sofrimento de Luiz Alberto Mendes, um autor que traz a marca da violência vivida no seio familiar e nas torturas sofridas na prisão. A tragédia familiar do autor foi marcada o tempo todo pela figura do pai violento que o espancava. Sua escrita concentra-se no relato de sua vida, ou melhor, no “inferno em vida” e pela busca incessante por repetir a violência, não elaborada, na vida de crimes que o fascinava. É ele quem escreve: “saí da boate de arma na cinta sentindo-me malandro. Meu sonho era ser malandro, daqueles que saíam nos jornais” (MENDES, 2001, p.68).

A vida de Luiz Mendes desde muito cedo foi marcada pelas drogas e pelas consequências de sua vida criminosa. Acreditamos que esse foi o modo que ele encontrou para fazer laço social e se inscrever na cultura, construindo assim uma identidade. Em seu livro, o pai é apresentado como um alcoólatra, uma figura monstruosa, e que parecia ter imenso prazer em espancá-lo e humilhá-lo. Ele relata: “odiava-o com todas as forças do meu pequeno coração. Vivia a infância toda fermentando ódio virulento àquele meu algoz e envenenando minha pobre existência” (MENDES, 2001, p. 15). Parece-nos que a construção da figura paterna foi estruturada por ele a partir desse atributo “algoz”. Em outro momento ele afirma: “eu já havia introjetado a lei do crime” (MENDES, 2001, p. 127). De acordo com Seligmann-Silva (2005, p.43) “é como se a educação pelo espancamento criasse uma revolta contra a lei e a autoridade”.

Dessa forma, podemos considerar que a relação com o pai teve ressonâncias no processo de estruturação psíquica de Mendes. Nesse ponto, poderíamos perguntar qual a influência do pai na construção do sujeito.

Desde o início de seu percurso teórico-clínico, Freud constrói uma teoria da figura paterna que vai além de uma referência puramente genética, em que a concepção

seria o fator determinante para a nomeação da paternidade. Ele ultrapassa o biológico e funda uma lógica do sujeito, rompendo a dicotomia entre natureza e cultura, até então dominante. Em *Totem e tabu*, Freud (1913-1969) prioriza as fantasias filogenéticas (incesto, desejo de matar e canibalismo) na fundação do inconsciente. Tais fantasias se originam do sentimento de culpa do pai primevo da horda. Esse texto refere-se a uma repressão externa dos desejos. Mais tarde, em *O futuro de uma ilusão*, Freud (1927-1969) considera que essa repressão externa é internalizada por meio de um processo psíquico, formando assim o superego. Com isto, a renúncia pulsional, vivida como privações, permite a inserção na sociedade.

Assim, podemos dizer que a cultura pode ser entendida como uma construção baseada na energia libidinal sublimada e que esta deve se manter para que o processo civilizatório se mantenha.

Poderíamos concluir que o assassinato do pai da horda primitiva é, para a teoria freudiana, o fundamento da civilização, e que a partir dele (e das consequências desse ato) construímos uma organização para que os sujeitos possam viver em sociedade. O pai, na concepção psicanalítica, não é somente aquele que barra o desejo da mãe e da criança, é aquele que leva o sujeito a emergir enquanto sujeito desejante, é também, na interpretação social, cultural, o suporte para que façamos parte da cultura e do processo civilizatório.

A partir das ideias apresentadas, podemos refletir sobre a repercussão dessa simbologia na estruturação psíquica do sujeito Luiz Mendes, no que concerne ao papel da função paterna e na configuração dos laços sociais estabelecidos por ele.

Conforme aponta Birman (2006), o pai ocupa na teoria psicanalítica, primeiramente, um lugar de pai protetor, pai simbólico, alguém que, ao instaurar a castração (conceito central na Psicanálise), possibilita que vivamos em sociedade e, subsequentemente, com a mudança do discurso psicanalítico, um lugar de falta. Nessa

transformação, o pai passa de uma posição de lugar absoluto para um lugar de faltoso. Ora, está claro no relato de Mendes, que frente à condição de desamparo diante da violência do pai, um pai que só se fez odiado e não admirado também, ele vai buscar proteção em um poder absoluto, a instituição prisional, como instância interditora e para protegê-lo da posição em que se encontrava diante do pai. Conforme aponta Kehl (2009), as formas como o sujeito lida com o desamparo nos permitem refletir sobre os efeitos da diminuição do poder do pai e a cogitar sobre as diversas formas de construção subjetiva e do viver que se desenham na contemporaneidade.

Todo o livro de Luiz Mendes traz a marca de sua transformação pessoal. A primeira transformação acontece em consequência dos maus tratos recebidos do pai, o que teria implicado em um comportamento antissocial e em uma avidez em procurar situações de sofrimento. A segunda transformação ocorre quando ele já está preso, por meio da produção de uma escrita. Mendes reescreve sua história, transformando-se em um homem “social e sociável”, de tal modo que “ele quer recuperar a vida” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 40) para voltar à vida. O autor é sobrevivente de sua própria vida, ou seja, ele viveu a morte de perto, seja na violência das pancadas do pai (que quase o deixava morto), ou na violência sofrida na instituição prisional. Como já foi trabalhado anteriormente, ser sobrevivente de uma experiência traumática é portar a marca de uma experiência inenarrável e carregada de dor não elaborada.

Mendes subsiste ao trauma e elabora o enigma deixado nas marcas de violência – no seu corpo e no seu psiquismo –, nesse caso, a solução encontrada pelo autor é a de escrever o restante que ainda faltava de sua vida, contudo, de outro lugar. Agora ele quer ser reconhecido por sua produção escrita – como um cidadão respeitável – e não mais como um bandido.

O testemunho da dor exige uma percepção da linguagem como campo associado ao trauma. A escrita do sobrevivente se vincula à memória daqueles que não

sobreviveram. Nesse sentido, escrever é também “uma forma de sepultar os mortos, para que não sejam esquecidos” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 55). Como o foi para Jorge Semprun (1995), que dizia ser necessário para os sobreviventes de campos de concentração o registro ficcional, como condição para a elaboração. O narrador testemunhal vive uma ameaça constante, por parte de uma realidade onde a morte é eminente, tentando dar um significado para situações conflitivas individuais ou históricas marcadas pela extrema violência. Essas narrativas, ao mesmo tempo em que intentam o esquecimento, um distanciamento da dor, também objetivam um testemunho na acepção jurídica e histórica, conforme depreendemos dos relatos dos sobreviventes dos campos de concentração.

2.2.3. O testemunho na escrita

A origem da noção de testemunho é jurídica, e reporta, etimologicamente, à voz que toma parte de um processo, em situação de impasse, e que pode contribuir para desfazer uma dúvida. Além disso, o termo testemunho se associa na tradição com a figura do mártir, o sobrevivente de uma provação (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 378). Em ambas as condições, o termo indica uma fala em tensão com uma realidade conflitiva. O escritor Primo Levi apresenta um exemplo fundamental do que entendemos como testemunho. Seu texto está entre um ponto de tensão entre lembrança e esquecimento, uma vez que, ao escrever, sua narrativa pode ocasionar um reencontro com o vivido traumático. De acordo com Seligmamm-Silva (2007, p. 52), seus relatos exprimem uma combinação de perplexidade e necessidade de fala. Como sobrevivente, o autor tem uma escrita que denota a ultrapassagem do contato com a morte e o desamparo.

O desamparo é uma vertente sobre a qual podemos refletir a dimensão trágica do viver no mundo moderno, instância que coloca o sujeito diante de situações

extremas, em consequência da perda de ideais ou dos fenômenos violentos das guerras ocorridas na segunda metade do século XX, e que se traduzem em extremo sofrimento psíquico.

Devemos, portanto, considerar que toda sociedade comporta em si, um mal-estar que deseja esquecer, como o episódio sangrento do holocausto, ou de minorias silenciadas que não puderam encontrar modos de expressar seu sofrimento. Assim, excluído das possibilidades de elaboração, o mal-estar silenciado acaba por se manifestar em atos que devem ser decifrados (KEHL, 2009).

O forno do campo de concentração, em que Semprun (1995) tinha sido aprisionado, fora desligado há três dias, mas nem por isso a morte havia desaparecido de suas lembranças em Buchenwald. Ela não estava mais pairando sobre o campo, mas ainda se materializa em suas memórias. Viver em situações extremas, em que o homem é colocado em contato iminente com a morte, muitas vezes, demanda uma escolha: viver ou morrer. Para Semprun, a realidade terrível da morte estava presente no campo de concentração, assim como também estava lá a possibilidade de tradução dessa experiência pela palavra escrita. Entretanto, ele duvida se é possível realmente contar a experiência “invivível”. Desse modo, a escrita representou para o autor uma oferta de alternativas, a fim de tornar a vida mais viva.

Refletindo sobre a possibilidade de sobrevivência, Todorov afirma:

quando os acontecimentos vividos pelo sujeito ou por um grupo são de natureza excepcional ou trágica, o direito torna-se um dever: o de lembrar-se e testemunhar. A vida perdeu em relação à morte, porém a memória ganha o combate contra o nada (TODOROV, 2004, p.16).

O narrador testemunhal pode ser entendido como um narrador em confronto com um senso de ameaça constante, em uma realidade que se apresenta impensável. Nesse sentido, testemunhar é tentar produzir sentido para uma catástrofe vivida. Ou seja, o teor do testemunho deve ser compreendido a partir da teorização freudiana do trauma, de um evento que resiste à representação (inscrição simbólica).

É na trama das relações do pensamento freudiano e da teorização do campo da Memória Social que podemos pensar a produção de fraturas da memória, decorrentes da experiência traumática vivida e da construção de recursos que o homem pode realizar como saída para situações dessa natureza.

Passados oitenta anos dos escritos freudianos, a Psicanálise retoma as reflexões sobre o mal-estar na contemporaneidade, apontando para uma sociedade marcada por novas formas de subjetivação e violência.

De acordo com Farias,

o homem convive com a possibilidade de derramamento de sangue, não mais em rituais sagrados e ritos de iniciação, embora ainda ocorram em alguns povos, mas sim pela pura destruição de arranjos subjetivos (FARIAS, 2012, p.931).

A era moderna, de acordo com Birman (2005), trouxe o autocentrismo, algo que resultou em um empobrecimento simbólico, uma sociedade pautada na racionalidade e cientificidade, que provocaram um mal-estar progressivo nas relações sociais. O cenário social se caracteriza por uma negação da lei do pai, da alteridade e das leis sociais, apontando para uma sociedade que se localiza nos limites da barbárie.

O homem na atualidade, para não sofrer, nega a o sofrimento, a dor da servidão, a dor de existir e de estarmos desamparados, vivendo a ausência do contato com o meio social.

Nesse modelo de sociedade, tendo em vista esse mal-estar, os sujeitos voltaram-se para si e construíram uma cultura de dominação, em que um procura dominar o outro com violência, ou se deixa submeter, reinventando assim um pai, a fim de se sentir protegido.

O masoquismo e a crueldade – principais artifícios na produção do trauma social – são manifestações da destrutividade humana e formas de subjetivação, diante da recusa ao desamparo e da morte do pai, todo poderoso, caracterizando assim uma sociedade dos ofendidos e humilhados. A dominação e a crueldade podem ser também

encontradas nas relações sociais do dia a dia, e não somente nos grandes massacres.

De acordo com Farias:

seja na esfera individual, seja em uma esfera de maior amplitude, estamos diante de situações cujos efeitos deixam marcas indeléveis no homem contemporâneo que não dispõe de anteparos e nem de escudos protetores ante situações avassaladoras (FARIAS, 2012, p.8).

Entre os novos arranjos subjetivos surgem, entre outros, a banalização do mal e da violência.

A fim de compreender como o homem pode alcançar tais níveis de violência e destrutividade, faremos uma articulação entre aspectos históricos coletivos, de um regime opressor, como o hitlerista, e o pensamento freudiano.

No ano de 1932, Freud e Einstein estão preocupados com o tema da violência e Einstein (1932-1969, p.243) pergunta:

Como esses mecanismos conseguem tão bem despertar nos homens um entusiasmo extremado, a ponto de estes sacrificarem suas vidas? Pode haver apenas uma resposta. É porque o homem encerra dentro de si um desejo de ódio e destruição.

Em resposta à carta de Einstein, Freud (1932-1969, p.157-158) propõe a discussão sobre o tema do poder e da violência: “estou autorizado a substituir a palavra “poder” por violência, mais dura e estridente. Direito e violência são hoje opostos para nós”. Podemos perceber que Freud (1930-1969, p.108) sustenta a ideia de que a violência precede a lei, ao afirmar que: “a violência é inerente ao homem. A violência tem mobilidade, pode circular, pode estar delegada ao Estado ou retornar para o homem, mas é destrutiva, contenta-se em submeter o homem, não em matá-lo”.

A violência está relacionada à força e à destruição e com o impulso de dominar e eliminar o outro. Poderíamos dizer que a violência é gerada pela existência das diferenças, podendo ser raciais, religiosas, sociais ou políticas. O outro passa a ser o receptáculo para a pulsão, para a exteriorização e o exercício da destrutividade e da agressividade (FREUD, 1930-1969, p.85).

A proposição de que a violência é inerente ao homem foi marcada por Freud (1930-1969, p. 171), em *O Mal Estar na Civilização*, momento em que ele reforça o seu argumento:

então, para tudo o que segue me situo neste ponto de vista: a inclinação agressiva é disposição pulsional autônoma, originária do ser humano. E, retomando o fio do discurso, sustento que a cultura encontra nela seu obstáculo mais poderoso (FREUD, 1930-1969, p.171).

Quando tomamos como base os grandes genocídios, principalmente, no holocausto da II Guerra Mundial, quando a barbárie humana atingiu uma magnitude até então inédita, percebemos que violência e humilhações se fizeram presentes em todos os campos de concentração. Em cada um deles, a política tomou uma forma de limpeza étnica, moral ou religiosa, na medida em que aceitava a ideia de que parte da humanidade pode ser descartável.

As diferenças existentes entre grupos foram vistas como uma ameaça, como algo intolerável, e por causa dessa ameaça tornava-se justificável a sua destruição. Fica claro, tal como no exemplo do holocausto, que o opressor trata o oprimido como não pertencente à humanidade, comparando-o a objetos que podem ser descartados. Esses gestos demonstram a face da crueldade e derivam da intolerância, matando para exterminar a diferença. O opressor não perde sua condição de fazer disparar, a qualquer momento, a engrenagem do sofrimento que incide sobre a vítima (FARIAS, 2012, p.938).

Nesse mesmo raciocínio, é possível visualizar certa lógica no que concerne a figura do líder opressor na guerra, que usa a violência como meio para atingir um fim, o extermínio de uma nação, mediante aparatos bélicos.

Na realidade, os prejuízos determinados pelas experiências traumáticas da vida em sociedade, ou dos sobreviventes de guerras, ultrapassam em muito os números de

mortos “oficiais” e dizem respeito ao prejuízo psíquico diante do real traumático, da violência a que o homem está submetido.

Desse modo, queremos enfatizar que refletir sobre a violência consiste em abordar temas que devem considerar: a teorização sobre o poder; o aspecto da crueldade, que surge de maneira disfarçada para demonstrar a destrutividade, inerente ao ser humano e o ódio, como possibilidade de exclusão.

A partir do ponto de vista das vítimas das experiências de cunho traumático, é possível perguntar: quem são os sobreviventes que passaram por essa experiência e por que o trauma permanece em suas memórias? De que modo relatam o que viveram? A esse respeito Ruth Klüger afirma:

O papel que desempenha na vida o fato de ter estado num campo de concentração não pode ser avaliado por nenhuma regra psicológica precária; ao contrário, é sempre diferente para cada indivíduo, depende do que o precedeu e do que se seguiu, bem como das coisas que ocorreram para cada indivíduo. Para cada um foi uma experiência única (KLÜGER, 2005, p.68).

Autores como Jorge Semprun, Primo Levi, Ruth Klüger e Mendes nos permitem compreender sobre a memória da experiência traumática e da literatura testemunhal, enquanto escrita, algo que aponta para um sujeito singular, cindido entre o que viveu e o que escreve. A literatura do testemunho coloca em cena os registros do real, do simbólico e imaginário, ou seja, o real é o traumático; o simbólico é o ato criativo; e o imaginário, a ficção contida no relato do sujeito. De acordo com Ferreira (2007, p. 59), a literatura enquanto escrita é sublimação e, como tal, é a realização de um ato de criação. Ainda conforme a autora, em relação a toda produção escrita é possível afirmar:

Lá, serão encontradas coisas que se gostaria de dizer ou de esquecer, promessas de um sonho de amor, tristezas de amores infelizes, desejos adormecidos e inconfessados, fantasmas que causam horror. Enfim, uma multiplicidade de situações dramáticas e de ditos que marcam o limite trágico da existência do homem no mundo (FERREIRA, 2007, p.59).

Poderíamos dizer que o sobrevivente de uma experiência extrema e inenarrável é aquele que é prisioneiro de suas lembranças, vivendo uma cisão entre o que era antes e o que resultou de si próprio depois do episódio traumático. Esse morrer sem morte está representado na autobiografia de Ruth Klüger (2005, p. 103), quando afirma que até hoje se sente cair da rampa do vagão que a levou para Auschwitz. A cena traumática resiste atualizada no presente, na memória da autora, para quem a ideia de “quedas” seria o mesmo que dizer: “nessa rampa, continuo a cair até hoje”.

Nessa cena, de acordo com o que pensamos a respeito da elaboração traumática, fica claro que a autora, pelo ato da escrita, torna-se sobrevivente e testemunha daquilo que subsiste na memória, algo que não foi e não pode ser apagado, mas pode ser transformado em memória.

Conforme Felman (2000), testemunhar é um tipo de cura, de saída da posição passiva na qual o sujeito é atirado, como quem vai ao encontro de uma realidade, não dispondo de representação para dar sentido a algo que é da ordem do indecifrável. A escrita do trauma dá conta de uma verdade que escapa ao sujeito. Ainda, de acordo com a autora, a produção de um saber pela via da escrita testemunhal se dá entre o sujeito e o outro, ou seja, são necessários dois para testemunhar o inconsciente. Desse modo, segundo Kehl (2001), o testemunho remete-nos a um modo de inclusão da experiência singular em uma representação compartilhada. A autora atesta que “é no ato de testemunhar, ou de narrar, ato de fala endereçado ao outro, que o vivido se constitui como experiência” (KEHL, 2001, p. 22). Por sua vez, segundo Costa (2001), a escrita enquanto registro da experiência traumática, contém restos não assimiláveis. Esses restos marcam o estilo literário de cada autor.

Assim, podemos perceber, claramente, essa diferença de estilo, na escrita de Primo Levi e Luiz Mendes. Enquanto Levi se utiliza de uma linguagem simbólica, Mendes usa uma linguagem literal para relatar sua experiência. É ele quem escreve:

O costume ali era resolver as rixas na base da surpresa. Uma botinada na cara, uma estiletada nas costas, uma giletada, uma pombada (pombo sem asa: um tijolo embrulhado em roupa arremessado contra o oponente, de surpresa), um soco, etc. Era tudo na escama, ou seja, de surpresa, sem que a vítima pressentisse. E não se podia reagir. (MENDES, 2001, p. 135).

A sensação da vida em ruínas, o propósito de que ela seja recomeçada e reconstruída, a volta ao lar (que muitas vezes não existe mais), o reencontro com familiares e amigos (sendo o encontro muitas vezes impossível), Primo Levi (2004, p.61) ressalta esses aspectos quando relata em seu livro *Os afogados e os sobreviventes*:

naquele momento, quando voltávamos a nos sentir, homens, ou seja, responsáveis, retornavam as angústias dos homens; a angústia da família, dispersa ou perdida: da dor universal ao redor; do próprio cansaço, que parecia definitivo, não mais remediável: da vida a ser recomeçada, em meio às ruínas, muitas vezes só (LEVI, 2004, p.61).

No livro *É isto um homem?* (LEVI, 1988), o autor descreve sua experiência brutal como prisioneiro em um campo de concentração da II Guerra Mundial (1939-1945) e como sobreviveu a ela. É um relato que descreve a eficácia da máquina mortífera da guerra nazista, que apesar de não ter sido vitoriosa deixou marcas profundas na vida do escritor. Logo no início do livro, Levi afirma que não havia palavras para descrever o que sentiam quando chegavam ao campo de extermínio e tinham a cabeça raspada, o braço esquerdo tatuado, registrando que de agora em diante, eles seriam identificados por um número apenas, em outras palavras, dando conta da existência que a partir desse fato estaria restrita a um número. Os prisioneiros ficavam nus, por horas, esperando por uma roupa e um par de sapatos que poderia não servir. Segundo Ruth Klüger (2005, p. 130), a “nudez imposta significa perda de identidade [...] Quem é forçado a se expor nu, vai se perdendo aos poucos”.

No poema que inicia o livro *É isto um homem*, o autor escreve: “pensem bem se isto é um homem” (LEVI, 2004, p. 9). Segundo ele, não foram as câmaras de gás, os fuzilamentos, a fome, a sede, a doença ou a incerteza assustadora em relação à sobrevivência, os fatos que exterminaram as vítimas do holocausto. Estes

representavam apenas um método de aniquilamento, a fim de dar fim aos corpos. A humilhação, o autoritarismo e a opressão constante tinham a intenção de retirar o que de mais humano existe no ser humano, a sua humanidade, para que restasse apenas “miseró pó humano” (LEVI, 2004, p. 16), quase nada dos seres que tinham sido. Nesse caso, o que dizer dos senhores da vida e da morte, os carrascos, os guardas da SS?

Sobre eles, o livro mostra que, insuflados pela política de ódio e exclusão de Hitler, eles também tinham perdido a sua humanidade, pois já não eram capazes de reconhecer os prisioneiros como seus semelhantes. Seja como for, sabemos que apesar do horror vivido em Auschwitz, Primo Levi morreu como homem, não como bicho – e que é possível perseguir e encontrar a memória relatada em seu livro.

Se a violência da guerra ou da sociedade tem seu aspecto trágico, a reação diante dessa experiência pode ser positiva, no sentido de buscar a reconstrução ou resignificação para promover mudanças e rupturas. De acordo com Farias (2012), o choque que incide sobre o sujeito da situação traumática, embora seja de difícil remoção, não torna impossível a construção de uma produção, com arranjos mínimos – que seja – para a elaboração do trauma. Em outras palavras, existe a possibilidade de afastamento dessas situações, permitindo assim que se construa uma história e uma memória do vivido.

Nessa medida, há possibilidades, para quem se viu atingido pela experiência da violência bruta, do resgate de uma memória ameaçada pelas perdas irreparáveis e pelo aniquilamento da própria memória frente ao discurso da violência.

Para concluirmos, ilustramos nossa pesquisa com a entrevista de Albert Veissid, concedida à jornalista da Rede Globo, Sonia Bridi, no ano de 2009:

A memória do horror desta vez estava enterrada numa garrafa. Foi encontrada escondida na parede durante a reforma numa escola que era depósito do campo de concentração de Auschwitz, na Polônia, num papel de saco de cimento. Uma relação de

nomes e números. Seis poloneses católicos, um judeu francês, prisioneiros dos nazistas. A data: 20 de setembro de 1944. E uma única frase: todos entre 18 e 20 anos. Que mistério essa relação esconde? Numa vila do sul da França, encontramos o último da lista, Albert Veissid. Albert foi preso na França, passou por vários campos de concentração antes de Auschwitz. Sessenta e cinco anos depois, a memória do holocausto continua impressa em seu braço e assombrando seu sono. Ele lembra “que no campo tinha gente demais e os nazistas decidiram eliminar os mais fracos. Um dia veio a ordem para todos os prisioneiros se apresentarem diante de uma fileira de guardas da SS, nus com as roupas sobre os braços. Era a seleção para decidir quem iria viver. Eu tremia por dentro, mas não era de frio, era de medo. Quando chegou a minha vez, eu corro, corro, corro. Sei que os guardas estão lá. Não olho para eles, passo correndo. Estou salvo. Mas o meu amigo foi pego na fila e levado para a câmara de gás”. Ele foi trabalhar na construção do depósito de Auschwitz. Ele cavava o subsolo e os poloneses trabalhavam lá em cima. “Esses poloneses me salvaram a vida. Porque eles recebiam uma grande porção de sopa para comer. Eles me davam tudo que sobrava”. Esta semana quando a notícia da nota chegou, o velho sobrevivente ficou surpreso. Não conseguia lembrar-se de nada. Albert não entendeu porque o nome dele estava lá. Qual o propósito do bilhete? Mas quando foi confrontado com uma cópia, reconheceu. “Está escrito por mim. É minha letra aqui, mas eu não me lembro de ter feito isso”. Algum tempo depois, Albert que é músico, foi transferido para tocar na orquestra do campo. Nunca mais teve notícias dos poloneses até semana passada. Cinco morreram em Auschwitz. “Sabe do que tudo isso me lembra? Da sopa. Nunca comi tanta sopa”. A sopa o manteve forte para suportar a retirada quando o cerco dos aliados apertou. “Os prisioneiros morriam as centenas. Eu via os cadáveres. Uma montanha de cadáveres. Azulados no frio. Eles ainda usavam os uniformes. Eu acho que fiquei louco. Mesmo eu, não entendo o que aconteceu. Eu pensei isso não me abala. Eu não estava nem feliz

nem sofrendo. Apenas olhei e achei. Como dizer? Achei natural”. Esta foto foi tirada há dois anos em frente ao portão de um dos blocos de Auschwitz, onde Albert tocava com a orquestra. Ele voltou várias vezes ao campo levando estudantes para manter a memória do holocausto. A nota enviada do passado ele vê uma lembrança do horror que ele testemunhou, mas hoje muitos tentam negar que um dia existiu.

2.3. Aporte metodológico

Ao longo do processo de realização da pesquisa **A produção escrita como estratégia de elaboração traumática: rastros de memória e indícios de criação**, partimos do pressuposto de que circunstâncias decorrentes da exposição a uma situação de extrema violência podem inviabilizar e até dificultar a elaboração ou construção de memória, conforme acontece na experiência traumática, de um modo geral. Pressuposto que também se aplica no escopo deste estudo, em que se trabalhou com escritas de sobreviventes de campos de concentração e de um egresso do sistema penal brasileiro.

O trauma, por ser um evento transbordante, em razão de o sujeito não dispor, no momento do acontecimento, de dispositivos de compreensão, produz quebra das cadeias de representação, impedindo o processo de produção de sentido, o que acarretará em um esforço para o sujeito, no que concerne ao ato de produzir novos mecanismos de simbolização, para a construção de memória da cena traumática. Cabe salientar que a memória é a possibilidade de produção de sentido para um evento localizado subjetivamente no passado, porém, como o acontecimento traumático tem a conotação de um presente contínuo, é preciso de um tempo para que os indícios ou impressões do acontecimento sejam transformados em lembranças, quer dizer, memória. Dessa forma, a submissão a situações de extrema violência produz um cenário psíquico marcado por vestígios de experiências que não se integram à cadeia representativa, determinando um

modo de resposta frente às situações devastadoras. Muitas vezes, o silêncio e o mutismo são as únicas respostas que os sobreviventes puderam produzir, como consequência direta, ao impensável traumático – isso porque não tiveram condições de formular sequer uma palavra sobre o vivido. Como resultado, aqueles que viveram situações que ultrapassam o limite da suportabilidade nem sempre terão condições de transmitir o sofrimento vivido. Entretanto, esse sofrimento indizível, insiste em ser dito, assim sendo, é possível que o sujeito se engaje em possibilidades outras, que não a paralização, com o intuito de construção de memória, para que a impressão da experiência seja alçada à condição de representação.

É importante ressaltar que o trauma, para o sujeito que o experimenta, é um obstáculo à construção de memória, entretanto, esse obstáculo (entendido sob o ponto de vista da compulsão à repetição), possibilita *a posteriori* a elaboração e produção de memória. O trauma provoca um drama psíquico, devido à ruptura produzida pelo choque violento e inesperado, implicando muitas vezes em ameaça aos arranjos psíquicos. Esta situação pode ser tão aniquiladora quanto criativa. Desse modo, a experiência de uma situação de extrema violência configura-se em duas vertentes no psiquismo: em uma delas, a vivência traumática, comprovando a condição de ter sido vivida porque deixou traços mnésicos; e a outra, que se configura como uma impressão, algo que parece não fazer parte da cadeia de lembranças, retornando como um sem sentido, um resto não simbolizado. Muitas vezes, a violência assume tamanha proporção, que a única possibilidade para o sujeito é tentar apagar a experiência, inviabilizando o lembrar, impossibilitando, desse modo, qualquer forma de elaboração. Entretanto, alguns rastros resistem em ser apagados completamente, o que implicaria na possibilidade de construção de uma memória, mesmo que fragmentária e lacunar. Desse modo, podemos concluir que o trauma tem efeitos desestruturantes, em termos do aniquilamento, inibição e paralização, bem como estruturantes, no sentido de forjar

condições criativas para elaboração, ou seja, ele pode levar ao afastamento do acontecimento ou mesmo a um distanciamento dele, localizando-o no passado.

Na construção do caminho para a compreensão do tema da pesquisa, partimos do pressuposto de que, em face de situações traumáticas, que dificultam a construção de memória e a quebra de cadeias de representação, ou seja, que impossibilitam o processo de simbolização, o sujeito pode responder de várias formas, como a passividade, a impotência e violência, mas pode, igualmente, agir de forma criativa, superando minimamente o estado de passividade relativo ao acontecimento traumático.

2.3.1 Indicações sobre o método

Mediante os pressupostos que preconizam e delimitam esse estudo, deparamo-nos com a incumbência de escolher um referencial metodológico que permita o acesso a um contexto de definições, capaz de oferecer o respaldo necessário à realização da pesquisa. Nessa perspectiva, lançaremos mão de operadores conceituais para guiar o processo de análise, partindo do pressuposto que a violência é inerente ao homem, de acordo com a concepção proposta por Freud (1930-1969), ao considerar a inclinação agressiva como uma disposição pulsional autônoma, existente no sujeito. A violência é uma das expressões do Mal – e os homens entraram em consenso, no que concerne à violência, ou seja, com relação à banalização ou à naturalização. No entender freudiano, os impulsos agressivos, a violência e a pulsão de morte atuam como uma força que impulsiona o sujeito rumo à destrutividade. Assim, estamos diante de uma inclinação que expõe o lado obscuro do sujeito, nuances que no contexto das relações sociais são expressas em ideologias segregacionistas, que apontam para a exclusão do que é diferente, deixando rastros indeléveis e dificilmente elaboráveis na história do homem, configurando o que já expomos acerca do trauma social.

Ao dar prosseguimento, no sentido da construção de filigranas de memórias, a partir das impressões do acontecimento traumático, aludiremos ao campo da Memória Social, expresso na reflexão crítica de autores que possibilitarão novos arranjos conceituais (FARIAS, 2010), destacando nesse cenário o conceito de trauma social, elaborado por Ortega Martinez (2011). O trauma social é originário de um campo de convergência baseado em estudos sobre eventos violentos que afetam os indivíduos ou grupos sociais e que trazem consequências tanto para o sujeito como para a trama social.

Visto que este é um estudo teórico-reflexivo, nosso conhecimento foi sendo construído no decorrer do percurso da pesquisa e na articulação entre os conceitos propostos e a teoria dos autores selecionados.

Nosso intuito foi interpretar e analisar os dados construídos, por meio de uma pesquisa bibliográfica, da qual foram extraídas indicações pontuais de pessoas com vivência no contexto traumático dos campos de concentração e de uma história de vida, desde sempre marcada pela exposição à violência.

O principal campo da pesquisa são os relatos dos autores selecionados, com o intuito de construir os dados do estudo. Desse modo, procuramos esclarecer como a produção escrita nos relatos dos autores – Kluger (2005), Semprun (1995) e Mendes (2001) – que passaram por situações de extrema violência, pode ser uma estratégia para a elaboração da experiência traumática. O primeiro passo para o estudo exploratório, no âmbito da circunscrição do acontecimento traumático, em termos das produções escritas, foi a leitura desses autores. Ao longo dos dados apresentados, infere-se que os textos considerados apresentam características distintas acerca da posição subjetiva de cada autor diante de múltiplas situações de violência, em estado de impotência, o que configura a exposição à experiência traumática.

Concluída a circunscção do campo conceitual em que trabalhamos, convém elucidarmos alguns aspectos que dizem respeito ao *corpus* de dados analisados na presente dissertação.

Ao nos indagarmos sobre a metodologia a ser escolhida, concluímos que o método de etnografia de arquivo forneceria o respaldo necessário para esse estudo. Conforme Angrosino (2009, p. 69), a etnografia de arquivo trata da “análise de materiais que foram guardados para pesquisa, serviço e outros objetivos, oficiais ou não”. Nesse sentido, podemos considerar as produções desses autores como material de análise, uma vez que seus livros representam um verdadeiro arquivo de dados sobre situações vividas, evocadas por lembranças ou reconstituições, quando as lembranças não estão mais ao alcance da recordação.

Seguindo ainda as indicações de Angrosino (2009), a etnografia de arquivo conforma-se em uma espécie de narrativa sobre uma determinada comunidade ou grupo de pessoas, recurso que promove um encontro do pesquisador com a experiência vivida daquelas pessoas e que tem como finalidade a transmissão de uma história. Assim, os livros desses autores são considerados os arquivos dessas experiências, cruciais para o entendimento do destino que deram às suas vidas, uma vez que estes podem sustentar a possibilidade para alcançar o objetivo da pesquisa.

Desse modo, aproximamo-nos do pensamento de Foucault (2000, p. 42), para quem “o arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento de enunciados como acontecimentos singulares”. Seguindo essa diretriz, tomamos as produções escritas desses autores como o material para constituir o *corpus* de dados do presente estudo. Todavia, reconhecemos que se trata de um desafio, pois é óbvio que a utilização de um arquivo de lembrança dessa natureza, necessita de cuidados elementares, por se tratar de um material produzido, possivelmente, com outro

propósito, o qual é preciso adequar-se a nova pesquisa, sem por isso submeter-se a uma espécie de aprisionamento.

Não obstante, compreendemos que fatos não falam por si só, é o pesquisador quem vai falar. Dessa forma, é preciso convocar a análise de dados, cuja importância na realização da etnografia de arquivo se faz indispensável. Seja qual for a escolha da forma de análise de dados – descritiva (busca de padrões) ou teórica (busca de significados nos padrões) – é fundamental ao etnólogo realizar uma constante verificação na validade dos seus dados, e isso só acontece quando as perspectivas de

análise êmica (o termo *êmico* significa interno, sugere a procura pela verdade como ela é entendida pelo agente promotor do fato, ou experimentador) e perspectiva ética (como o pesquisador pode vincular os dados sobre a comunidade estudada com casos similares conduzidos em outros lugares), podem criticar-se mutuamente (ANGROSINO, 2009, p. 99).

Nessa pesquisa, os relatos escritos do testemunho vivido, serão analisados e, ao fazê-lo, precisamos levar em conta o fato de que estes apresentam características distintas, no que diz respeito à posição subjetiva diante da experiência traumática.

Neste momento, estamos construindo uma leitura ampla dos dados existentes, com o intuito de estabelecer categorias temáticas que serão empregadas na análise de dados, a fim de caracterizar padrões, condutas ou ações que pareçam ser repetidas, até que possam ser chamadas de típicas das pessoas estudadas, o que conforme Angrosino (2009, p. 57) “é vital para o resultado da pesquisa”. Eis o contexto que recortamos para a organização do *corpus* de dados deste estudo.

2.3.2 Natureza dos dados

Na interseção entre os relatos de experiências vividas e a reconstituição em termos de ficção, construiremos uma narrativa baseada nas categorias dos eixos temáticos de interpretação, como estratégias para observar o olhar dos autores selecionados, no que diz respeito ao indizível e aquilo que é passível de elaboração da

experiência traumática. Com isso, pretendemos fornecer elementos para configurar os objetivos preconizados dessa pesquisa. Os três relatos que compõem os livros podem ser definidos como construções escritas, dos horrores sofridos em situações extremas. A partir das quais os autores conseguiram – mediante árduo exercício de recuperação de filigranas de memórias – trazer a lume o inominável e irrepresentável da experiência traumática. Nesse sentido, propomo-nos fazer um trabalho de rastreamento dos relatos, em que seja possível obter, nas entrelinhas da escrita, a posição subjetiva diante da marca da violência. De posse desse material, seguiu-se o caminho apontado pela escrita dos autores citados, a fim de construir um *corpus* metodológico para estudo, reflexão, análise e interpretação. O material de campo é composto por fragmentos (selecionados do discurso escrito dos autores escolhidos) e que serão utilizados como ferramentas metodológicas.

2.3.3 Eixos de interpretação

Os três relatos serão considerados como três eixos relacionados com a temática em estudo: a experiência traumática, seus vestígios de memória, a ação de produção de um relato e a finalidade desse relato como destino para o sofrimento pela via da criação.

O primeiro eixo, denominado “aposta pela vida”, é a escrita de Semprun. A escrita como estratégia para que o sujeito supere a destruição.

Em seus relatos, o autor procura dar sentido a um passado presentificado, uma vez que a experiência está situada no registro do invivível, o que faz com que o evento passado seja transformado em um acontecimento localizável no passado.

O segundo eixo, denominado “esperança pela vida”, é demonstrado no relato de Klüger. O autor acredita que, apesar do horror vivido em Auschwitz, ainda se consegue produzir recursos alimentados pela esperança, na crença de que, provavelmente, chegará um tempo em que tudo terá passado.

Pelo ato da escrita Klüger torna-se sobrevivente, transformando em memória o que não pode ser apagado.

O terceiro eixo é denominado “crime ou escrita”. Trata-se de uma busca pelo reconhecimento, movida por uma paixão enlouquecida, uma busca que concorreu para a exposição à violência e ao crime. De tal forma, que Mendes chegou a dispor-se como presa fácil, a fim de ser capturado pelo aparato policial.

Esse circuito repetitivo interrompeu-se com a construção de um relato escrito, fruto das experiências vividas, com o qual o autor marca, concretamente, a saída de uma posição meramente passiva para assumir a autoria de suas lembranças, em uma escrita que leva o seu nome. Nesse eixo, consideramos a mudança da posição subjetiva para uma instância de elaboração para as situações traumáticas vividas.

2.3.4 Análise e interpretação do material

Para suceder a interpretação e análise dos dados construídos no relato das narrativas, a respeito da experiência traumática, extraímos trechos da escrita de cada autor selecionado para a pesquisa. Nosso intuito é dar sentido ao que foi definido em cada eixo temático como categoria, a fim de direcionar e orientar essa investigação. É importante esclarecer que o que nos interessa nessa análise dos fragmentos das narrativas, dos autores selecionados, é a ficção construída dessa verdade.

2.3.4.1. Eixo 1 – Aposto pela vida

Ao longo da narrativa de Jorge Semprun, evidenciamos no percurso de sua vida, um sofrimento expresso pelas marcas deixadas pela experiência vivida no campo de concentração, de Buchenwald, conforme podemos depreender no seguinte fragmento:

Era a morte que cantarolava com certeza, em algum lugar no meio do amontoado de cadáveres. A vida da morte, em suma, que se fazia ouvir. A agonia da morte, sua presença fulgurante e funebremente loquaz. [...] Não havia mais sobreviventes naquele barracão do

pequeno campo. Os olhos esbugalhados, arregalados para o horror do mundo, os olhares saltados, impenetráveis, acusadores eram apagados, olhares mortos. [...] Não havia sobreviventes, no dia 14 de abril de 1945. Só olhares, mortos, arregalados para o horror do mundo. Os cadáveres contorcidos como figuras de El Greco, pareciam ter reunido suas últimas forças para rastejar pelas tábuas do estrado até o mais perto possível do corredor central do barracão, por onde poderia surgir um derradeiro socorro. Os olhares mortos, gelados pela angústia da espera. [...] O desespero que neles se lia era proporcional a essa espera, a essa derradeira violência da esperança (SEMPRUN, 1995, p.35-37).

Observamos que a insistência das impressões relativas aos acontecimentos vividos, de cunho traumático, converte-se em fonte de angústia, visto que, à medida que cada impressão se potencializava, de modo concomitante havia o incremento de angústia e o surgimento do estado de impotência. Sendo assim, as impressões conformam um circuito repetitivo que aprisionam o sujeito a imagens atormentadoras, das quais ele não consegue se desvencilhar. Diante desse processo de anulação e estagnação, Semprun compreende a necessidade de lançar mão de estratégias para sair da difícil situação, vislumbrando a escrita como recurso para minimizar essa angústia e dar sentido a essas experiências. Acreditamos que essa estratégia, escrever, é como uma tentativa de enterrar a morte que ressurgia nos pesadelos. Essa constatação faz eco à teorização freudiana, sobre o fracasso da elaboração onírica em situações de pesadelos, abrangendo outras formas de sonho que vão de encontro à finalidade de realização de desejo. Sendo assim, as impressões tornam-se terríficas, pois não conseguem esmaecer a intensidade das vivências.

Ao invés disso, percebemos que essas impressões potencializam o caráter produtor de angústia, ao tornarem essas cenas tão nítidas e tão presentes. Podemos compreender esse modo de funcionamento psíquico, como a permanência de um resto relativo a um sofrimento insuportável, que encontra um padrão de constância na experiência, a *posteriori*, do instante infundável, eternamente revisitado nos sonhos daqueles que viveram os horrores da guerra. Esse resto concerne, provavelmente, ao

máximo estado de passividade vivido nesses acontecimentos, momentos nos quais o sujeito se viu aniquilado de suas condições subjetivas – e mesmo de mínimos sinais de sua condição humana.

Contudo, alguns indícios parecem ser uma forma de barreira de proteção, contra a possibilidade de aniquilamento total, ou seja, são recursos que se erigem contra o total esmagamento do Eu, comum ao processo de desumanização, próprio das situações de confinamento em situações de tortura, conforme podemos detectar em:

Entretanto, apesar dela (Odile), apesar de mim, apesar da exuberância desse verão do regresso, a memória da morte, sua sombra furtiva por vezes me agarrava. No meio da noite, de preferência [...] eu havia acordado de novo – ou ainda, ou para sempre – na realidade de Buchenwald: que jamais saíra de lá. [...] Pois eu não havia propriamente sobrevivido à morte, não a tinha evitado. Não havia escapado dela. Ante, percorrera-a, de um extremo a outro. Percorrera seus caminhos, onde havia me perdido e me reencontrado, imensa região por onde flui a ausência. Eu era uma assombração em suma. [...] Eu precisaria de várias vidas para contar toda essa morte, contar essa morte até o fim, tarefa infinita. (SEMPRUN, 1995, p. 143-24-43).

As rememorações das lembranças de Semprun ocorrem a partir das experiências atuais, que potencializam e presentificam as situações passadas. Suas experiências retornam como sem sentido, restos não simbolizados da experiência mortífera. A persistência dessas impressões pode ser considerada como uma espécie de estratégia para a construção de memória, sendo, por isso, um caminho à elaboração. A presentificação da morte, aniquilando qualquer indício de aposta pela vida, também está presente, visto que, em campos de concentração, a certeza da morte é evidente. Porém, cabe assinalar que quando as pessoas eram executadas, a morte subjetiva já tinha acontecido, representando, portanto, um processo de por fim ao funcionamento fisiológico, como relata Semprun (1995, p. 43), de tal modo que “precisaria de várias vidas para contar toda essa morte, contar essa morte até o fim, tarefa infinita”. Por isso, o autor tem a clara conscientização de que livrar-se da morte é tarefa quase

impossível, visto que uma simples ação, ou um simples gesto, já seriam suficientes para presentificá-la, como podemos observar nos fragmentos seguintes:

Bastaria fechar os olhos, ainda hoje. Bastaria, não um esforço, muito pelo contrário uma distração da memória repleta de bobagens, de felicidades insignificantes, para que ele reaparecesse.[...] Pairava o cheiro estranho sobre a colina do Ettersberg, pátria estrangeira à qual sempre retorno. [...] O estranho cheiro logo surgiria, na realidade da memória. Nele eu renasceria, morreria de nele reviver. Eu me abria, permeável, ao cheiro de lama desse estuário de morte, enjoativo (SEMPRUN, 1995, p.16).

O relato escrito de Semprun, não é apenas um relato das memórias vividas no campo, mas antes um espaço de criação ou recriação do atravessamento da morte. Ele se apropria da ficção, do imaginário, de algo que o ajudaria fazer a realidade parecer real. Nesse sentido, a escrita conforma-se como uma espécie de travessia, na tentativa de superar determinados obstáculos, às vezes, intransponíveis. Os limites experimentados por Semprun (1995) em relação aos diferentes registros psíquicos, para produzir uma escrita, foram conduzidos de modo a transformarem-se em suporte para a criação, do que resultou a construção de uma memória como as seguintes passagens explicitam:

Há obstáculos de todo tipo á escrita. Puramente literários, alguns. Pois não pretendo fazer um simples depoimento. Já de início, quero evitar, evitar-me a enumeração dos sofrimentos e dos horrores. Outros se aventurarão, de toda maneira [...] Não desejo sequer enveredar por esse caminho. Portanto, preciso de um “eu” da narração, nutrido com a minha experiência, mas ultrapassando-a, capaz de nela inserir o imaginário, a ficção [...] Uma ficção que seria tão esclarecedora quanto à verdade, sem dúvida. Que ajudaria a realidade a parecer real, a verdade a ser verossímil. Esse obstáculo hei de superá-lo, mais dia menos dia. Mas há um obstáculo fundamental, que é espiritual (SEMPRUN, 1995, p.163).

Quando Semprun associa a vivência à substância, entendemos a substância como algo associado a um corpo não simbolizável. O relato ficcional permite “dar

corpo” a essa substância, permitindo que o corpo esteja livre, adiando dessa forma a morte, ao mantê-la presente em seu relato. O relato escrito funciona como uma forma de se manter vivo, apesar da morte se fazer presente, gerando tanto avanços quanto hesitações. Os excertos seguintes evidenciam essa circunstância:

No entanto, vem-me uma dúvida sobre a possibilidade de contar. Não que a experiência vivida seja indizível. Ela foi invivível, o que é outra coisa, como se compreenderá facilmente. Outra coisa que não se refere à forma de um relato possível, mas à sua substância. Não sua articulação, mas à sua densidade. Só alcançarão essa substância, essa densidade transparente os que souberem fazer de seu testemunho um objeto artístico, um espaço de criação. Ou de recriação. Só o artifício de um relato que se possa controlar conseguirá transmitir parcialmente a verdade do testemunho (SEMPRUN, 1995, p.22/23).

A experiência de Semprun faz uma marca no sujeito que permite construir um saber, no que diz respeito ao atravessamento da morte, conforme depreendemos de sua posição subjetiva, quando assume que o artifício da escrita consegue realizar a transmissão de uma verdade, nesse caso, ele quer dizer a verdade de morrer em vida, de ser uma assombração ambulante, a quem deve ser dado o destino de ritual para os mortos. Como então Semprun (1995) pode lutar contra a evidência de acesso, ao saber que esteve morto? Certamente, no momento em que fez a opção pela escrita, traçou uma assinatura de que a vida no campo sinistro da morte seria possível. Assim, transmutou de um lugar em que se configurava apenas como um ser sofredor, para ser agente de produção de um relato, na aposta pela possibilidade da vida, mesmo que seja em meio a inúmeras dificuldades. Isso porque os indícios de gestores, odores e cores não o abandonaram, por mais que tentasse, como também os sinais de ameaça. As ideias seguintes são elaborações a esse respeito.

A presentir meu olhar no espelho do deles, não parece que eu esteja do lado de lá de tanta morte. [...] Veio-me uma ideia, de repente – se é que se pode chamar ideia essa onda de calor, revigorante, esse afluxo de sangue, esse orgulho de um saber do corpo, pertinente, quando nada, a sensação repentina, muito forte, de não ter escapado da morte, mas de tê-la atravessado. Ou melhor, de ter sido por ela atravessado. De tê-la vivido, de certa maneira. De ter retornado como se retorna de

uma viagem que nos transformou: transfigurado, talvez (SEMPRUN, 1995, p.24).

Em algumas passagens da narrativa de Semprun é possível observamos a esperança de uma vida futura, ou seja, apesar da tristeza que o invadia com frequência ele tinha desejo de viver.

Antes de morrer em Buchenwald, antes de partir em fumaça sobre a colina do Ettersberg, eu teria tido esse sonho de uma vida futura na qual eu me encarnaria por equívoco. [...] Parei de esfregar com água meus braços e meus ombros, meu peito. Fui dormir na promiscuidade ofegante do dormitório, com o cheiro de morte que impregnava minha alma destinada, porém a esperança (SEMPRUN, 1995, p. 25-50).

Voltar a viver fora do campo de concentração, por ser um sonho, pode se tornar realidade. Sonhar, então, é como uma forma de dar sentido a uma experiência da ordem do sem sentido. Ele se permite sonhar, abrindo assim a possibilidade de viver esse sonho, o que aparece retratado na seguinte passagem:

Sobreviver, simplesmente, mesmo desbulhado, diminuído, destroçado, já seria um sonho um pouco alucinante. Ninguém teria se atrevido a sonhar com isso (a libertação do campo), é verdade, no entanto, era como um sonho, de repente: era verdade. Eu ria, estar vivo, me fazia rir (SEMPRUN, 1995, p. 19).

Do relato acima se depreende a percepção de que – para ter a vida – Semprun perdeu alguma coisa. O que teria perdido? O autor se interroga, teria ele a coragem de pagar o preço para poder viver, ou seja, rememorar a experiência do atravessamento da morte? A escrita é o preço! Há uma perda implicada nessa escolha, entretanto, a escolha tem que ser feita. Quando o autor fez opção pela vida, ele abriu mão da vida sem angústia, da vida preenchida de amnésias. Fez a escolha de viver, por 16 anos, sem as lembranças do trauma vivido no campo de concentração, acreditando que poderia apagar todas as lembranças dessa experiência dolorosa. No entanto, ao voltar a escrever, 16 anos depois, sua angústia retornou e, por isso, Semprun (1995) afirma não ter tido

como evitar a linguagem assassina da escrita, tal como podemos constatar nas seguintes elucidações:

eu havia tomado a decisão de abandonar o livro que estava tentando em vão escrever. Em vão não quer dizer que não conseguisse: isso quer dizer que só conseguia pagando um preço exorbitante. O preço de minha própria sobrevivência, de certa maneira, pois a escrita me conduzia permanentemente à aridez de uma experiência mortífera. [...] Havia me vangloriado de minhas forças. Pensei que poderia voltar à vida para a vida, esquecer no dia-a-dia os anos de Buchenwald, deixar de leva-los em conta em minhas conversas, minhas amizades, e, no entanto, executar o projeto de escrever que tanto me interessava. Fui suficientemente orgulhoso para pensar que poderia administrar essa esquizofrenia premeditada. Mas o fato é que, de certa forma, escrever era me recusar a viver (SEMPRUN, 1995, p. 221).

Retornar a escrita fez tudo voltar. Cada frase escrita na primeira pessoa do singular desvendava a singularidade dessa experiência difícil de ser partilhada. A experiência traumática vivida no campo de Buchenwald era parte de sua identidade. Disso decorre a clareza com que isso aparece em seus relatos:

Assim, no dia 11 de abril de 1945 de 1987, aniversário da libertação de Buchenwald, acabei por me reencontrar de novo. Por redescobrir uma parte essencial de mim, de minha memória, que eu tinha sido, que ainda era obrigado a recalcar, a manter à margem, para poder continuar a viver. [...] Disfarçadamente, no desvio de uma página de ficção que de início não parecia exigir minha presença, eu surgia no relato romanesco, carregando unicamente a sombra devastada da memória. Eu invadia o relato, inclusive. [...] Com efeito, a partir desse momento a escrita caiu na primeira pessoa do singular. Na extrema singularidade de uma experiência difícil de partilhar. [...] Na dor revigorante de uma memória inesgotável, cujas riquezas soterradas, obliteradas, cada nova linha escrita me desvendava. (SEMPRUN, 1995, p.224)

Não podemos apagar o vivido do drama individual, particular e singular, além das determinações enigmáticas da experiência traumática, entretanto, para o sujeito que a vivenciou é possível construir um saber a esse respeito, a fim de que, com a apropriação da sua história, outra possa advir. Em outras palavras, uma experiência que se distancia no passado. Vejamos como esse tipo de argumentação é explicitado a seguir:

uma tentativa interminável de prestar contas de uma experiência que se distancia no passado, da qual certos contornos ficam, porém, cada vez mais nítidos, já que certos territórios se iluminam com uma luz nova entre as brumas do esquecimento (1995, p.230). [...] da estratégia do esquecimento; apesar das escapatórias e dos sinais de interferência na lembrança; apesar de tantas páginas já escritas para exorcizar essa experiência, torna-la ao menos habitável; apesar de tudo isso, o passado conservava seu brilho de neve e de fumaça, como no primeiro dia. [...] Ninguém pode se pôr no seu lugar, pensava eu, nem sequer imaginar o teu lugar, o teu enraizamento no nada, a tua mortalha no céu, a tua singularidade letal. Ninguém pode imaginar a que ponto essa singularidade governa surdamente a tua vida: teu cansaço da vida, tua avidez de viver; tua alegria violenta de ter retornado da morte (SEMPRUN, 1995, p.225).

Com a inquietação surgida a partir da palavra *niege* (que toma a configuração de uma palavra originária), Semprun faz, pela primeira vez, uma associação entre um momento vivido no presente com outro vivido no passado. A cena traumática passada atualiza-se no presente, ao cair do trem em Paris. Desse modo, o não historicizado poderá encontrar modos de articulação possíveis para não ficar condenado ao exercício de repetição da pulsão de morte. A luta contínua para impor-se às pressões destrutivas decorrentes da pulsão de morte guiou Semprun (1995) a certos tipos de esclarecimento e a uma aposta pela conscientização acerca de si e da vida. As passagens a seguir são bem elucidativas:

Soube abruptamente quem eu era, onde estava, e por quê. Estava num trem que acabava de parar. Houve gritos, uns de pavor, outros de raiva. Estava preso numa ganga de corpos amontoados, que se balançavam espremidos uns contra os outros. A porta corrediça do vagão se abria, ouviam-se nitidamente latidos raivosos de cachorros. Estávamos diante de uma paisagem noturna nevada. Corríamos de pés descalços pela neve. Estávamos numa avenida larga iluminada por altos lampiões. Colunas sustentavam a intervalos regulares águias hitleristas. [...] Foi assim, no brilho dessa lembrança abruptamente ressurgida, que soube quem eu era, de onde vinha, para onde ia de fato. Era essa lembrança que se realimentava minha vida reencontrada, ao sair do nada. Ao sair da amnésia provisória, mas absoluta, provocada por meu tombo no balastro da via férrea. Foi assim, pelo retorno dessa lembrança, da desgraça de viver, que fui expulso da felicidade alucinante do esquecimento. Que passei do delicioso nada, à angústia da vida. (SEMPRUN, 1995, p. 213).

2.3.4.2. Eixo 2 – Esperança pela vida

Uma das mais destacadas intelectuais europeias, Ruth Klüger, constrói uma narrativa acerca de sua vida, em um dos acontecimentos históricos mais terríveis do século XX, o nazismo. Por meio da escrita, ela refaz a jornada que vai da infância vienense aos campos de concentração de Terezin, Auschwitz e Christianstadt. Entretanto, essa jornada não termina com o fim da guerra, que “a lembrança de Auschwitz permanece como um projétil de chumbo que não pode ser extirpado do corpo” (KLUGER, 2005, p. 126), em uma alusão clara à experiência traumática. A autora, mais de quarenta anos depois do holocausto, decide escrever suas memórias desse período e, desse modo, revive velhos fantasmas que insistiam em retornar.

Desde muito jovem Klüger recorre à escrita de poesias, como estratégia para dar sentido às circunstâncias de sua vida que ficaram sem sentido. É o caso, por exemplo, da situação em que o pai vai embora e não a leva junto – e que anos mais tarde morre na câmara de gás em Auschwitz. Eis o que explicita em seu relato, de forma muito clara:

Precisei de meia vida até que ficasse claro que esta fábula era apenas um produto ilusório de minha imaginação. Escrevi-lhe versos, em alemão e em inglês, uma espécie de exorcismo (KLUGER, 2005, p. 34).

Registra-se que foi deportada em 1942, junto com sua mãe, para o campo de Terezin. Dois anos depois, em 1944, foi transportada em um trem de carga (ocorrência comum na época, sendo este o meio de transporte adotado para conduzir judeus aos campos de concentração), aos doze anos de idade, para Auschwitz-Birkenau. Em seu relato testemunhal, muitas vezes é possível perceber que, apesar das circunstâncias de natureza traumática, vividas nos campos de concentração, a autora não perdeu a esperança, aliás, esta percorre toda a sua escrita, acerca do impensável relativo à travessia da morte. Como compreender alguém que vive uma experiência de extrema violência e desumanização e ainda assim se agarra à vida dessa maneira? Vejamos o que pode ser depreendido a esse respeito, no seguinte trecho de sua escrita:

Ter esperanças era um dever. Diz-se que a esperança mantém o homem vivo. Mas, na realidade, a esperança é o reverso do medo. [...] Nunca perdi a esperança, e hoje penso que isso se deve unicamente à cegueira própria das crianças e ao medo da morte (KLUGER, 2005, p. 97-98).

Dessa passagem podemos concluir que evidências marcantes da situação traumática permanecem nas memórias de Klüger, como um evento que excede os limites da suportabilidade e que deixa um resto indizível, resto do que foi vivido e que deixa marcas, muitas vezes impossíveis de serem traduzidas. Poderíamos a essa altura de nossa reflexão fazer uma aproximação com a situação de outros sobreviventes do holocausto, visto que o mal-estar provocado pelas marcas da violência, frequentemente é evocado nos seus testemunhos. Os mesmos que traduzem, de forma muito precisa, um possível desaparecimento da autodefesa e do amor próprio daqueles que viveram situações extremas nos campos de concentração. Trata-se de experiências que colocaram a vida em xeque, uma vez que a morte subjetiva apresenta-se numa temporalidade anterior à execução nos campos de extermínio. O sujeito fica submetido a imagens que não consegue desvencilhar-se, ou seja, vive um processo de anulação e estagnação diante do horror vivido. A sensação de uma morte antes do completo estado de perecimento é bem evidenciada na seguinte passagem:

fatigada, extenuada, exausta, engoli o horror que me subia pela garganta com vômito. ...uma gritaria insuportável, angustiante. [...] Nesta rampa, continuo a cair até hoje. Ao acordar de uma anestesia, sinto-me cair, aliviada e horrorizada ao mesmo tempo, da porta escancarada do vagão até então cerrada [...] instante inesquecível, enrijecido e petrificado em um sentimento vital. Quedas. (KLÜGER, 2005, p. 102-103).

Algo do indomável e do inassimilável construiu sua história e conseqüentemente sua memória. O transbordamento de excitação impossível de ligação, decorrente da emergência do real, produz um resto que não ficou resolvido, necessitando de uma ação que permita uma elaboração. Diante de uma situação de paralização e de perspectivas sombrias, Klüger utilizou-se da poesia como estratégia, para tentar, de alguma maneira, dar conta desse inominável. A fórmula para lidar com a personificação dos fantasmas de aniquilamento encontra na poesia uma solução – e ela – se não alivia o sofrimento por

completo, pelo menos, torna-o suportável. Vejamos a esse respeito algumas passagens em que se evidencia essa tentativa de afugentar os fantasmas, que encarnam lembranças vivas e ameaçadoras:

Há tempos fui, ano após ano, irmã para ti, que me renegas, imóvel impassível onde a morte te encerra como arame farpado. Seremos os vivos fantasmas para os mortos? Mas quando tudo já foi dito e esclarecido, ainda sobra um resto que não compreendemos, algo que não é compatível com a psique humana (KLÜGER, 2005, p. 89-90).

Em seu relato, a construção poética da autora aponta para um sujeito em uma posição não vitimizada diante da situação vivida, em outras palavras, alguém que participaria ativamente do seu futuro. Fazendo eco à teoria freudiana, o destino da pulsão é transformar-se em linguagem. Verifica-se que Klüger, ao se apropriar da escrita como via de criação, encontra um modo de resolver a oposição pulsional atividade-passividade. A recuperação do passado é, sem dúvida alguma, fundamental para impedir que o sujeito se torne cativo de uma posição, em outras palavras, em que o presente esteja subordinado ao passado.

Assim, a partir da experiência do desprezo profundo e da depreciação, fantasei um futuro no qual justamente esta experiência seria para mim portadora de honra [...] mas a esperança está sempre voltada para o futuro. [...] Não ficar presa a este agora inimaginável (KLUGER, 2005, p.106).

A poesia se funda sobre a ambiguidade do sujeito, que se revela na escrita produzida pela pressão constante dos restos referentes à experiência traumática – e que não se condicionam na cadeia associativa na qualidade de representações. Serve também como uma tela encobridora do real, algo que permite dar sentido ao sem sentido. Isso se revela nas poesias criadas por Klüger, no campo de concentração. A poesia servindo como o elemento que permite uma relação entre ela e o mundo externo: *“Todo dia além do arame farpado / o sol despona em púrpura / mas sua luz é fraca e sem consolo/ e logo irrompe a outra chama”* (KLÜGER, 2005, p. 114).

As lembranças das vítimas do holocausto são dolorosas, mas, ao mesmo tempo, podem servir como espaço de criação e libertação do passado, que retorna em

presente contínuo. A escrita testemunhal é para o sujeito a construção de uma ficção da travessia da morte, ou seja, é a construção de um saber acerca de uma condição particular: a certeza de que esteve morto, representando também uma estratégia criativa para lutar contra esse destino. Recordar é uma tentativa de escrever uma ficção a partir do presente, isto porque sabemos que a ficção proporciona um semblante que encobre a realidade insuportável.

Nesse caso, cabe perguntar: quais são as características daquilo que faz a memória? E o que dela se transmite? A memória se apoia no acontecido, mesmo não sendo uma reprodução fiel deste. Dos acontecimentos guardamos traços que, ao serem preservados, são esvaziados de sua significação originária.

Como o horror paralisa, levando à destruição dos laços sociais, uma maneira de resgatar esses laços se dará por meio de uma narrativa ficcional compartilhada, de modo a incluir o trauma no campo do simbólico. Assim: “querer prestar testemunho significava: chegará um tempo em que tudo aqui terá passado e este número será apenas um indício, uma prova material” (KLUGER, 2005, p. 106).

3.4.3. Eixo 3 – Crime ou escrita

O escritor Luiz Alberto Mendes, egresso do sistema penitenciário, tem um percurso muito peculiar, com situações idênticas a de muitos outros nas mesmas condições: tornou-se criminoso nas ruas de São Paulo e escreveu na prisão um testemunho sobre o horror da violência que marcou toda a sua vida – primeiro, no seio familiar e depois, no sistema prisional. No esforço de compreender os caminhos percorridos em sua vida, marcada por experiências de extrema violência, ele tenta, pela via da escrita, dar sentido aquilo que é da ordem do sem sentido. Ou seja, transforma o sem sentido da experiência traumática em memória da situação vivida. O relato a seguir retrata algumas das experiências vividas em um trabalho de escrita, revelando muitas

coisas que, aparentemente, transbordam o limiar de compreensão, mas que surgem enredadas numa tessitura com significado próprio para o sujeito.

O homem chegava ensandecido, procurando motivo para brigar e bater. [...] Me apavorava, vivia sobressaltado, com medo dele. [...] Pegava pelo braço e batia, batia, batia [...] até ficar sem fôlego. Eu sentia que era com raiva, prazer até. [...] eu gritava até não ter mais voz, pulava, esperneava e tentava me defender dando a parte menos dolorosa do corpo às cintadas. Então me largava num canto, escondido do mundo; inteiramente só, chorando [...] Todo cortado por vergões roxos, querendo morrer para que ele sentisse culpa de minha morte. [...] Minha mãe ficava na cozinha chorando, sem fazer nada (MENDES, 2001, p. 10).

Contrariando, as possíveis previsões, Mendes é um sobrevivente de sua própria vida, porque sobrevive ao espancamento do pai e à omissão da mãe, cúmplice e medrosa, vitimada diante do marido, bêbado e violento. Ele foge de casa pela primeira vez aos doze anos, iniciando sua vida de crimes, furtando os pais. Mais tarde torna-se punhuista e ladrão, elaborando estratégias de ação para roubos mais arriscados.

Quando saía escondido, era para caçar confusão, brigar com os outros meninos e apanhar de meu pai na volta. (2001, p. 11). Eu roubava a carteira de minha mãe e quase todo dia do bolso de meu pai. Me abaixei entre as prateleiras detrás do balcão de atendimento, enfiei a mão por trás da vitrine e apanhei a arma. [...] eu já não tinha vergonha na cara (MENDES, 2001, p. 16-17-18).

Fazendo eco ao conceito de repetição, podemos perceber (tanto na conduta de Mendes, como em seus atos ou nas situações que viveu) o retorno de algo que é para ele da ordem do desconhecido, mas que assume um aspecto impulsivo. A repetição deformada do trauma destrói as frágeis construções psíquicas para enfrentá-lo. O sujeito busca uma organização diante da fragmentação. Ela não reconstrói e nem refaz, entretanto, torna suportável a repetição do traumático, que não cessa de se inscrever.

Furtava à tia, avó, mãe, ao pai, aos vizinhos, era uma compulsão. [...] Meus furtos já estavam sendo falados na família [...] fui pego várias vezes com objetos roubados, apanhei demasiadamente por isso (2001, p. 24). Havia algo errado em mim, só que eu não sabia o que era (MENDES, 2001, p. 35).

Esse enxerto traduz o contexto retratado por Mendes, tanto com relação à situação familiar quanto às instituições para menores infratores e prisão. O aspecto

comum às três situações parece ser o convívio com a dor e o sofrimento. De suas lembranças pode-se inferir o modo como Mendes se oferece a situações de violência e dor, perpetuando assim, o lugar de objeto manipulável pelo outro e o circuito de violência em que se encontra. Em outras palavras, o que ocorre é a repetição em presente contínuo de uma história vivida no passado, a violência do pai, mas não elaborada. Os aspectos não elaborados da situação traumática denotam que há algo que escapa da trama do saber, por isso, condenado à repetição, ressurgindo nas experiências vividas quando o autor está encarcerado na instituição prisional.

Quando me alcançaram, choveram socos e pontapés em cima de mim. [...] Fui arrastado para o dormitório, e ali, à vista dos dois funcionários, os maiores me bateram até que desmaiasse. Pensei que fossem me matar, passei o maior pavor de minha vida naqueles momentos. [...] Eu sabia, sentira na pele, bateram com ódio, eram como meu pai, havia prazer neles, e eu lembrava que os funcionários riam, expressando claro prazer, também, em assistir ao espancamento (MENDES, 2001, p. 28).

Mendes capturou-se numa posição masoquista, devido a algum tipo de culpa moral, instância que a todo o momento resultava em incremento de angústia. Diante disso, oferecia seu corpo humilhado e dilacerado como objeto de prazer do outro. Nesse caso, quando sofre, ele assegura a existência aos olhos do outro.

O fato de não haver reagido foi censurado por todos os que me cercavam. Eu estava acostumado a apanhar e ser judiado pelos outros, minha reação era me encolher, com medo. (2001, p. 135). [...] A socos e pontapés fui colocado para dentro do xadrez. Caí no chão, meio morto, e ali fiquei. Sofrendo toda a angústia e agonia que havia no mundo para viver. Um dos piores momentos da minha vida. [...] Estava amortecido, nada mais importava. Agora seriam anos naquela Casa de Detenção, sofrendo perseguição e pressão da polícia e dos malandros. Meu Deus, aquilo era demais! (2001, p. 288) [...] Depois de horas de desespero total, depois de desmaiarmos várias vezes e sermos acordados com jatos d'água, fomos abandonados, ali pendurados. ...Estava banhado de sangue e machucado dos pés à cabeça (MENDES, 2001, p. 325).

Nesse ponto, poderíamos nos perguntar: qual o contorno dado por Mendes a experiência do real traumático, vivido no corpo? Sobre isso, observamos que as

transformações subjetivas advindas das pancadas recebidas pelo pai implicaram na primeira transformação na vida de Mendes, levando-o à repetição mortífera da pulsão de morte. A segunda ocorre quando já está preso, na Penitenciária Estadual de São Paulo, e entra em contato com a literatura e com a escrita de cartas, experiência que daria início a certo distanciamento da repetição, mas não sem antes passar por um longo processo de repetição, iniciando assim, o processo de elaboração pela via da escrita. O passado já não se impõe como um passado perpétuo, que não passa, não impedindo que outra história possa vir a ser contada, a partir do drama singular vivido.

De repente, pressionado pelos meus próprios questionamentos, tomei uma decisão drástica. Quis jogar todo o meu passado no lixo. Os valores de honra, dignidade e nobreza de ações, recém-adquiridos, sobrepujaram e de alguma forma mesclaram-se aos anteriores. Já não poderia ser mais inconsequente. Tudo deveria ser de acordo com o novo somatório de conhecimentos adquiridos. Não quis nunca admiti-lo. Mas a transformação que ocorria em minha vida era, em sua maior parte, de origem emocional. Quem era eu, afinal de contas? [...] eu era um presidiário, um bandido, excluído da sociedade para sempre. Condenado a quase cem anos de prisão, na época, em treze processos por assalto, homicídio e latrocínio (MENDES, 2001, p. 399-402).

Antes, Mendes vivia na posição de excluído, à margem, via-se como dejetos, não conseguindo elaborar um percurso de vida. No entanto, no momento em que descobre a escrita, o crime, até então seu objeto de satisfação, se transforma em narrativa, recurso que permite circular as suas memórias como sobrevivente, possibilitando outro tipo de laço social.

Nesse ponto do seu relato, podemos ver que Mendes já se encontra em outra posição subjetiva, porque não deseja mais ser reconhecido pela via do sofrimento e dor.

Eu queria ser respeitado e conhecido como uma pessoa culta e sábia. O crime, a malandragem, a ideia que perseguira desde a infância, de ser bandido, malandro, foram se afastando de meu foco de visão. Agora aquilo era muito pouco para mim, diante dos horizontes que divisava. A cultura, o aprendizado, levou-me a fazer uma releitura do mundo (MENDES, 2001, p.407).

Quando o autor abandona a posição passiva diante do outro, a escrita toma um valor de ação e criação, diante do inominável da experiência traumática. A escrita da própria vida se transforma em uma ficção de si mesmo, ou seja,

uma ação que admite que o impossível se torne possível. A construção dessa ficção ganha valor de verdade, permitindo sustentar o sujeito em sua história.

A intenção é escrever sempre e para sempre. [...] Ainda sou aquele, mas sou também outros. [...] Sou de opinião que os fatos, a vida, falam por si mesmos e não carecem de explicação, e sim, e tão somente, de narração acurada (MENDES, 2001, p. 409).

Mendes, ao utilizar a escrita como produção de memória, ressuscita socialmente. Suas experiências, até então restos fragmentados, tornam-se experiências de vida, resíduos de memória, compartilhada com o outro. Seu depoimento acerca do sentido da sua escrita atesta a sua transformação enquanto sujeito, em termos de escolhas de realização: do crime à escrita. Em certo sentido, com a escrita, Mendes descobriu que não precisava mais do crime, pois teria outras pegadas para traçar a tessitura de sua história, produzindo memórias que circulam no contexto das relações sociais. Vejamos então o recurso utilizado por ele para se apresentar e apresentar a sua obra:

Esse relato de parte de minha vida foi feito por volta de dez anos atrás. Então, num dia em que fui dar minhas aulas (sou professor aqui há quatro anos) no pavilhão 9 (MENDES, 2001, p. 410).

3. CONCLUSÕES

O principal objetivo dessa dissertação foi refletir sobre o modo como o sujeito que se expõe a uma experiência de extrema violência encontra recursos para elaborá-la, ou seja, construir memória. Paralelo a essa reflexão, foi feita uma análise sobre a produção de uma escrita acerca do horror vivido, que é próprio dos sujeitos que passaram por tais experiências.

Sabemos que a Psicanálise reconheceu o trauma como fonte de sofrimentos psíquicos. Desde que foi transportado do campo da Medicina para o campo da Psicanálise, o conceito de trauma tem sido compreendido, inicialmente, a partir da experiência da sedução precoce, como evidenciaram as pacientes histéricas que se apresentaram ao dispositivo elaborado por Freud, com seus sofrimentos e suas sintomatologias, relatando uma vivência de sedução praticada por um adulto. Nesse contexto, a vivência fazia alusão a um fato real, quer dizer, a incursão de cunho sexual por parte de um adulto para uma criança. A partir desse acontecimento incompreensível a criança estaria condenada ao silêncio e a dor. Entretanto, essas experiências de graves consequências psíquicas não foram suficientes para explicar a sintomatologia histérica, quando ficou constatado que o enigma das neuroses histéricas não estaria mais na sedução, mas nas fantasias sexuais da criança referidas a um adulto. Isso quer dizer que a paciente histérica não havia sido abusada, mas teria desejado a aproximação sexual com um adulto ligado a ela. Nasce assim, o conceito de fantasia, ou seja, o que deve ser levado em consideração é a realidade psíquica.

Com a renúncia da sedução precoce, três proposições evidenciam-se na teorização freudiana: a descrição da sexualidade infantil (1905), a fantasia (1897) e o complexo de Édipo (1897). Este último atesta o trauma estrutural pela via da castração em substituição ao trauma da sedução precoce. Logo, o trauma aparece desde o princípio na obra freudiana.

A partir da década de vinte, a noção de trauma ganha outro contorno, ou seja, não importa mais o que atingiu o sujeito, mas como ele o vivenciou. Nesse caso, podemos questionar: o que impossibilitaria o psiquismo de assimilar experiências que excedem a capacidade de suportaçã, a ponto de torná-las perturbadoras?

Após o ano de 1920, com o final da I Guerra Mundial, Freud retorna ao trauma. A partir de então, os sonhos traumáticos são os sintomas que o confundem. Neles ressurgem a experiência traumática, ou seja, a repetição de maneira literal do sofrimento insuportável.

Ao longo deste período, depreendemos do pensamento freudiano, que uma experiência somente pode ser considerada traumática se não for totalmente assimilada enquanto acontece – seja porque o sujeito encontra-se em um estado de vulnerabilidade ou porque aconteceu de forma inesperada, não possibilitando ao sujeito qualquer recurso psíquico. Em outras palavras, o *eu* não consegue impedir o excesso de energia que invade o aparato psíquico, de modo a evitar a vivência dolorosa. (o aspecto econômico da memória traumática).

A experiência traumática, por conter um núcleo da ordem do indizível, do irrepresentável, permanece como um corpo estranho que não se integra à cadeia de representações, ou seja, não se transforma em lembrança. Mantém-se, desse modo, na condição de uma imagem recorrente que não sofre qualquer desgaste com o passar do tempo, uma vez que não é alçada à condição de construção de memória. Por esse motivo, aqueles que passaram por uma experiência dessa natureza precisam de um tempo para que possam, quando possível, se dedicar a um tipo de escrita, no sentido de produzir um testemunho daquilo que fora vivido. Quanto mais próximo o sujeito se encontra temporalmente da experiência, mais difícil será utilizar o recurso da busca de palavras para retratá-la. A palavra seria uma aposta sustentada pela ideia de que esta, ao ser dita, pode significar a existência do sujeito, possibilitando assim, a decifração do enigma que se esconde na memória do traumático. O silêncio não decorre da falta de ter uma experiência para narrar, mas da impossibilidade de fazê-lo por diferentes razões: empobrecimento, naquele momento, da capacidade de elaboração; dificuldade na utilização de lembranças; e a luta para produzir qualquer tipo de afastamento das imagens atormentadoras que parecem atualizar a experiência do passado.

O testemunho seria a narração ficcional, não tanto dos fatos violentos, mas a construção de um saber acerca da experiência vivida. O que equivale a um questionamento de quem o faz sobre o teor dessa experiência, sobretudo, sobre as razões pelas quais tais ocorrências têm lugar. Seria, em última análise, a tentativa de produção de um sentido para o sem sentido presente em tais experiências, como bem são encontradas na literatura testemunhal.

Dessa forma, procuramos analisar os autores, Klüger (2005), Semprun (1995) e Mendes (2001), que passaram por tais experiências, considerando, a partir deles, como a produção escrita pode ser uma estratégia para a elaboração do trauma. Esses relatos escritos do testemunho vivido apresentam características distintas, no que diz respeito à posição subjetiva diante do acontecimento traumático, ou seja, é possível reconhecer as consequências da marca da violência em cada um desses autores.

O primeiro relato analisado foi o de Semprun, que pela via da escrita tenta superar a marca da destruição vivida no campo de concentração, dando sentido ao indizível da experiência traumática. O segundo, o de Ruth Klüger, traz a marca da esperança de retomar a vida fora do campo de Auschwitz. A autora dá um destino ao sofrimento por meio do ato criativo. O último relato é o de Mendes, que teve toda sua vida marcada pela violência, primeiro no seio familiar e mais tarde na vida de crimes. O autor se vê capturado em um circuito repetitivo da violência e essa tem fim com a produção de uma escrita, possibilitando ao mesmo a ultrapassagem de uma posição passiva, ao escrever a sua própria história.

Passar por tais experiências tem suas consequências, especialmente, no que diz respeito à possibilidade de elaboração, quando possível, dos vestígios da memória apreendidos em um dado momento de vida.

Se a violência da guerra ou dos grandes centros urbanos tem seu aspecto trágico, no que diz respeito aos efeitos do trauma, tanto na história quanto na subjetividade, compreendemos que a reação diante do seu saldo pode ser positiva, no sentido de buscar a reconstrução ou ressignificação para promover mudanças e rupturas.

Entretanto, diante da violência bruta, o esforço de retomar a vida nem sempre é possível de ser elaborado e, com ele, o desejo de um passado, de uma história, de uma memória, de uma identidade.

Nesse sentido, a construção de memória, pela via da escrita, possibilitaria certo afastamento do passado traumático e a construção de um amanhã, em outros termos, a memória sempre funda o amanhã.

Nessa medida, há dimensões de quem se viu atingido pela experiência traumática da violência, na possibilidade de construir uma memória social, ameaçada pelas perdas irreparáveis e pelo aniquilamento da própria memória, frente ao discurso da violência. Com as perdas, perdem-se os rastros que possibilitam a escrita da história, o que entendemos ser uma catástrofe cultural e social.

REFERÊNCIAS

- ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- ASSMANN, A. **Espaços da recordação**. Campinas: Unicamp, 2011.
- BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985. Obras Escolhidas, v 1.
- BIRMAN, J. **Mal estar na atualidade. A psicanálise e as novas formas de subjetivação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____. **Arquivos do mal estar e da resistência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CARUTH, C. Experiencias sin duelo: trauma y la posibilidad de la historia. In: **Trauma, cultura e história: reflexiones interdisciplinarias para el nuevo milenio**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Ciencias Humanas. Centro de Estudios Sociales. Ed. Francisco A. Ortega Martinez, 2011.
- COSTA, A. **Corpo e escrita: relações entre memória e transmissão da experiência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- EINSTEIN, A. **Por que a guerra?** Rio de Janeiro: Imago, 1969., v. XXII.
- FARIAS, F. R. Acontecimento traumático: fraturas da memória e descontinuidade histórica. In: BARRENECHEA, M. (org.) **As dobras da memória**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.
- _____. F. R. **Memória, trauma social e elaboração**. In: Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 16, n. 3, set-dez, 2012, pp. 925-950.
- _____. **Por que afinal, matamos?** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.
- FELMAN, S. Educação e crise: ou as vicissitudes do ensinar. In: NESTROVSKI, A.; SELIGMANN-SILVA, M. (orgs). **Catástrofe e representação**. São Paulo: Escuta, 2000.
- FERREIRA, N. A literatura como escrita e fala. In: COSTA, A; RINALDI, D.(orgs.) **Escrita e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2007.
- FERRO, M. **Cinéma et histoire**. Paris: Folio, 1977.
- FIKS, J. P. e SANTOS JR., A. **Contraste oculto**. São Paulo: Leitura Médica, 2009.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

- FREUD, S. (1893). **Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos**. Rio de Janeiro: Imago, 1969, v. III.
- _____ (1895). **Projeto para uma psicologia científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1969, v. I
- _____ (1896) **Carta 52**. Rio de Janeiro: Imago, 1969, v. I.
- _____ (1897) **Carta 59**. Rio de Janeiro: Imago, 1969, v. I
- _____ (1897) **Rascunho L, anexo à Carta 61**. Rio de Janeiro: Imago, 1969, v. I.
- _____ (1900) **A interpretação dos sonhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. IV.
- _____ (1909) **Análise de uma fobia em um menino de cinco anos**. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. XX.
- _____ (1905) **Três ensaios sobre a sexualidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. VII.
- _____ (1913) **A predisposição para a neurose obsessiva**. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. XII.
- _____ (1913) **Totem e tabu**. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. XIII.
- _____ (1915) **Considerações atuais sobre a guerra e a morte**. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. XIV.
- _____ **Introdução à Psicanálise e as neuroses de guerra. (1919)**. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. XVII.
- _____ (1918) **O tabu da virgindade**. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. XVII.
- _____ (1920) **Além do princípio do prazer**. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. XXVIII.
- _____ (1923) **O ego e o id**. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. XIX.
- _____ (1924) **O problema econômico do masoquismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. XXIV.
- _____ (1927) **O futuro de uma ilusão**. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. XXI.
- _____ (1930) **O mal estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. XXI.
- _____ (1932) **Por que a guerra?** Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. XXII.
- FUKS, B. B. **Freud, a guerra e o pacifismo**. In: Revista Polêmica, v. 12, n.1. acesso em 29 de abril de 2013. http://www.polemica.uerj.br/v12_1
- _____ **O pensamento freudiano sobre a intolerância**. Rio de Janeiro, v. 19. n.1, p. 59-73. 2007.
- GAGNEBIN, J.M. **O rosto e a cicatriz: metáforas da memória**. Pro-Posições – vol. 13, N. 3 (39) – set./dez. 2002.

- GONDAR, J. DODEBEI, V.(orgs) **O que é memória social**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005.
- _____. **Ferenczi como pensador político**. Rio de Janeiro: Cadernos de Psicanálise – CPRJ, v. 34, n. 27, p. 193-210, jul./dez.2012.
- JELIN, E. **Los trabajos de la memória**. Espanha: Siglo Veintiuno, 2001.
- KEHL, M. R. **O tempo e o cão**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- KLÜGER, R. **Paisagens da memória**. São Paulo: Ed. 34, 2005.
- LEYS, R. Freud y el trauma. In: ORTEGA MARTINEZ, F. A. (org.). **Trauma, cultura e história**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Ciencias Humanas. Centro de Estudios Sociales. Ed. Francisco A. Ortega Martinez, 2011.
- LEVI. P. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- _____. **Afogados e sobreviventes**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- MANDIL, R. Comentários. In: VIEIRA, M. A.; BARROS, R. do R. **Ódio, segregação e gozo**. Rio de Janeiro: Subversos, 2012.
- MENDES, L. A. **Memórias de um sobrevivente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ORTEGA MARTINEZ, F. El trauma social como campo de estudios. In: **Trauma, cultura e história: reflexiones interdisciplinarias para el nuevo milenio**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Ciencias Humanas. Centro de Estudios Sociales. Ed. Francisco A. Ortega Martinez, 2011.
- PERDOMO, M. C. Abertura. In: Perdomo. M.; Cerruti. M. (orgs). **Trauma, memória e transmissão: a incidência da política na clínica psicanalítica**. São Paulo: Primavera Editorial, 2011.
- POLLAK, M. **L'expérience concentrationnaire**. Paris: Masson, 1990.
- SCOTT, J. W. Experiência. **Revista de Estudios de Gênero. La Ventana**. 13, 2001, pp. 42-73.
- SELIGMANN-SILVA, M. A história como trauma. In: NESTROVSKI, A.; SELIGMANN-SILVA, M. (orgs). **Catástrofe e representação**. São Paulo: Escuta, 2000.
- _____. Reflexões sobre a memória, A história e o esquecimento. In: SELIGMANN_SILVA. (org.) **História memória e literatura**. São Paulo: Escuta, 2003.
- _____. **O local da diferença**. São Paulo: Editora 34, 2005.
- _____. Escrituras da história e da memória. In: SELIMANN-SILVA, M. (org.) **Palavra e imagem: memória e escritura**. Chapecó: Argos, 2006.

_____ **Novos escritos dos cárceres: uma análise de caso. Luiz Alberto Mendes, Memória de um sobrevivente.** Revista Estudo de literatura Brasileira, nº 27, 35-58. 2006.

SEMPRUN, J. **A escrita ou a vida.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

TELLIER, A. **Expériences traumatiques et écriture.** Paris: Economica, 1998.

WILLIAMS, R. **Palavras-chave.** Rio de Janeiro: Boitempo, 2011.

TODOROV, T. **Les abus de mémoire.** Paris: Arléa, 2004.